



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
CURSO DE JORNALISMO

SARA GOMES MENDONÇA DA SILVA

**A FAN PAGE THINK OLGA ENQUANTO MEDIADORA DE CONTEÚDO
AFIRMATIVO DE GÊNERO**

João Pessoa - PB

2017

SARA GOMES MENDONÇA DA SILVA

**A FAN PAGE THINK OLGA ENQUANTO MEDIADORA DE CONTEÚDO
AFIRMATIVO DE GÊNERO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Me. Waldelio Pinheiro

João Pessoa

2017

SARA GOMES MENDONÇA DA SILVA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Me. Waldelio Pinheiro do Nascimento Júnior

Banca examinadora:

Prof. Me. Waldelio Pinheiro do Nascimento Júnior – Orientador
Universidade Federal da Paraíba

Profa. Dra. Glória de Lourdes Freire Rabay
Universidade Federal da Paraíba

Me. Celina Alice Carvalho Modesto
Universidade Federal da Paraíba

Aprovado em 07 de junho de 2017

Aos meus pais. Por serem minha base, identidade
e por quem tenho tanto orgulho de ser filha.

AGRADECIMENTOS

A Deus por trilhar e proteger meus caminhos.

Aos meus pais. A minha mãe por ser tão forte mesmo estando com a saúde fragilizada, quem me ensinou a semear bondade. Em especial, ao meu pai que apesar de não estar fisicamente presente, vive dentro de mim. Obrigada por ter sido meu super-herói durante 17 anos de minha vida.

A minha família, em particular, a Tia Geralda por seus ensinamentos; Lucia por ser tão presente na vida de minha mãe e Manuel Gomes.

As minhas amigas: Juliana, Adalice e Viviane, em especial, Milena com sua sabedoria. Sirla por seu companheirismo e Adilson por sua leveza nas horas vagas.

E aos da universidade, poucos e bons: Jadleny por ter compartilhado boa parte das aventuras do curso. A Pedro Paulo por ter me recebido tão bem na nova turma. A Samara pela amizade que se fortalece com o tempo. A Gustavo, um presente no final do curso. A Sara Navarro e Maria Eunice por serem exemplos de ser humano. Maryellen por todo carinho e, em especial, Camila por ter me incentivado a persistir nessa reta final.

Aos meus amigos do antigo trabalho que compartilharam comigo três anos de minha vida e impulsionaram meu amadurecimento: Welligton, Ester, Gerônimo, Luciano e Daniela. Gratidão também as crianças que frequentavam a biblioteca pois tornaram a vivência na escola gratificante.

A minha nova casa, a Secretaria de Estado da Comunicação Institucional. Em especial, a Heloisa, Cleane, André, Cassiano e Cláudio que me apoiaram nessa reta final e me acolheram tão bem.

Aos professores da graduação dos quais admiro, não citarei nomes para não ser injusta.

A meu orientador, Júnior Pinheiro, mesmo o conhecendo apenas no final do curso, o comparo ao professor do filme *Sociedade dos Poetas Mortos*, inspirador. E que apesar ter me tornado uma orientanda teimosa na reta final, sempre acreditou em mim e se mostrou paciente em me ajudar.

“Toda pessoa sempre é as marcas
das lições diárias de outras tantas pessoas.

“É tão bonito quando a gente entende
que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá

E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar”.

Gonzaguinha

RESUMO

O presente trabalho analisou o posicionamento da fanpage Think Olga, na perspectiva da Educomunicação, por reconhecer o caráter mediador e difusor de conteúdo afirmativo de gênero do coletivo feminista. Para desenvolver esta pesquisa, foi necessário correlacionar conhecimentos como o feminismo e violência de gênero, a fim de assimilar a atuação da fanpage. Além disso, foi preciso trazer à tona os conceitos de Cibercultura, movimentos sociais na internet e Educomunicação, para entender como os coletivos de resistência se organizam em busca da transformação social. Esta pesquisa qualitativa e exploratória, trata-se de um estudo de caso e valeu-se da análise de conteúdo de três textos da Think Olga, publicados em abril de 2017. A metodologia adotada buscou analisar o sentido da mensagem e observar os critérios que a fanpage optou para abordar tais temas, a fim de responder ao problema proposto: analisar a atuação social da Think Olga para verificar se o site promoveu a conscientização sobre questões afirmativas de gênero por meio da informação e análise de acontecimentos atuais, para contribuir na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras chaves: Think Olga. Educomunicação. Feminismo. Questões afirmativas. Ciberativismo. Violência de gênero.

ABSTRACT

The present paper analyzes the positioning of the fanpage 'Think Olga', in the perspective of Educommunication, in order to recognizing the mediator and diffuse character of the affirmative gender in a feminist collective. To develop that research it was necessary to visit some correlating field knowledges such as feminism, violence of gender and cyber-activism to assimilate the performance of the fanpage. In addition, it was necessary to bring up the concepts of Cyberculture, Social movements in the internet age and Educommunication, having the intention to understand how the resistance of collectives organize themselves in the search of social transformation. This qualitative and exploratory research is a case study and it was based on the content analysis of three texts by 'Think Olga' published last April. The methodology adopted sought to analyze the meaning of the message and to observe the chosen criteria to address such themes in order to answer the proposed problem: analyze the social performance of 'Think Olga' to verify if the site promotes awareness on gender affirmative issues through information and analysis of current events, and in this way, it contributes to the construction of a more egalitarian society.

Keywords: Think Olga. Educommunication. Feminism. Affirmative questions. Cyberativism. Gender violence

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tipo de formato jornalístico das postagens.....	40
Figura 2 - Temas abordados pelo Think Olga em abril de 2017.....	41
Figura 3 - Arte da colaboradora Camila Carlow.....	45
Figura 4 - Colaboradora Gaby D'Alessandro.....	48
Figura 5 - Diagrama da Violência de gênero.....	52
Figura 6 - Comentários sobre o Impeachment de Dilma na fanpage Think Olga.....	68
Figura 7 - Comentários sobre a chacina na festa de fim de ano em São Paulo.....	69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2 GÊNERO A HISTÓRIA SOCIAL DE UM CONCEITO	13
3 AFINAL, O QUE É O MOVIMENTO FEMINISTA?	18
3.1 Um breve recorte do movimento feminista no Brasil	24
4 A CIBERCULTURA PARA CONSOLIDAR OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA INTERNET	28
4.1 A Educomunicação como ferramenta de transformação social	34
5 PERCURSO METODOLÓGICO	38
6 ANÁLISES E DISCUSSÕES	42
6.1 Quem é Olga ?	42
6.2 Nove verdades e uma mentira sobre o aborto	45
6.3 O Feminismo é questão de tempo	48
6.4 Violência de gênero: Caso Emilly BBB2017	52
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	58
ANEXOS	62
APÊNDICES	68

INTRODUÇÃO

Com o crescente e já consolidado uso da internet e, principalmente, das redes sociais, nos foi dada a oportunidade de expandir o nosso potencial comunicativo por meio da sociedade em rede. Os questionamentos levantados pelos movimentos sociais corroboram com a difusão de conteúdos afirmativos, quer sejam de classe, étnicos ou de gênero.

O ciberespaço permite, por sua pluralidade, tanto a reprodução de discursos oriundos das classes dominantes carregados em sua essência pelo poder simbólico, como possibilita, de acordo com Castells (2013), desenvolver ações políticas, contestar o poder, moldar mentalidades e construir significados para reconfigurar o espaço público através do ativismo digital.

Historicamente, a atuação dos movimentos feministas possibilitou o diálogo sobre as questões de gênero. Desse modo, o feminismo acaba sendo tangente ao movimento LGBT, por ambos tratarem de pautas que dialogam entre si as necessidades dessas minorias sociais.

Desconstruir o conjunto de opiniões, práticas e comportamentos culturais herdados de uma sociedade patriarcal acerca do papel social designado para a mulher é um desafio, pois significa reconstruir uma cultura milenar que não vai de encontro à igualdade de gênero.

Os resultados dessa busca por igualdade constituem um processo lento e gradativo; seja na conquista de direitos civis, na diminuição das desigualdades salariais entre gêneros ou na participação das mulheres em cargos de poder. Apesar dos avanços, a naturalização do comportamento machista ainda persiste, desencadeando a violência de gênero, especificamente contra as mulheres.

Baseado em Soares (2006), a Educomunicação surgiu da necessidade de alterar a realidade em que vivemos, através da construção de um novo discurso, discurso este heterogêneo e distante da hierarquização presente no poder dominante, para promover uma gestão participativa entre os sujeitos sociais, a fim de desenvolver a intervenção social em torno da cidadania.

A Educomunicação utiliza a comunicação midiática para estimular os processos de ensino-aprendizagem, entretanto, acabam restringindo suas práticas apenas ao uso de mídias em sala de aula. No entanto, esse novo campo de pesquisa e reflexão emerge da inter-relação entre Comunicação e Educação e, por essa razão, é preciso desmitificar o paradigma que o conhecimento só é adquirido em instituições de ensino.

Para Gómez (2014), os meios de comunicação de massa, as diversas tecnologias e as redes sociais funcionam como “educadores”, pois a influência do conteúdo transmitido é tão visível que as instâncias sociais (família, escola e religião) estão em concorrência com os meios de comunicação, tanto no processo de aprendizagem quanto na formação de identidades.

No Brasil, o site Think Olga tem se destacado nesse processo de difusão e mediação de conteúdo afirmativo através do incentivo ao empoderamento feminino por meio da informação. Apesar do coletivo feminista se apresentar em diversas plataformas digitais (Facebook, Twitter, Instagram, Pinterest e e-mail), cada uma visa atender um objetivo específico.

Neste trabalho, analisamos apenas a página do Think Olga no facebook (fanpage), por se tratar de um instrumento que possibilita interação imediata com o público comparado ao site oficial do coletivo feminista.

O presente trabalho propõe analisar de que forma a fanpage Think Olga atua na desconstrução da violência de gênero presente no discurso midiático na perspectiva da Educomunicação. Por meio da difusão de conteúdos e informações que contribuem para a construção de novas práticas discursivas que contraponham a violência de gênero presente na internet. Além disso, investiga-se como o ciberativismo e as práticas educacionais presentes na Think Olga atuam na promoção da cidadania, formando sujeitos mais críticos e participativos.

Escolhemos inter-relacionar esses dois campos de pesquisa (Think Olga e Educomunicação), por perceber que juntos podem desenvolver uma gestão co-participativa, horizontal e transdiscursiva.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos, dos quais três foram dedicados à apresentação de referências teóricas que nortearam a análise contida no capítulo cinco. O capítulo 1 discorre sobre a história social do conceito de gênero e as distinções entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. Esclarece também como esses conceitos contribuíram para a formação da desigualdade de gênero baseado nos papéis sociais. No mesmo espaço, a violência de gênero também é aprofundada, pois todo sistema colabora para o exercício e manutenção da imposição de um gênero sobre o outro nos diversos segmentos da sociedade, como herança do patriarcado. Além disso, falaremos brevemente sobre como a violência contra a mulher é tratada no campo jurídico brasileiro.

O histórico do feminismo no mundo e no Brasil foram abordados no capítulo 2, assim como as características das quatro ondas do movimento, que apesar de terem se organizado cronologicamente em épocas diferentes, unificam suas lutas em busca da igualdade de gênero – bem como a contribuição de Simone de Beauvoir para o feminismo através do seu legado, pois suas obras ainda se mostram atuais.

No capítulo 3, aborda-se os conceitos de Cibercultura, movimentos sociais na internet e Educomunicação, para entender como os coletivos de resistência se organizam em busca da transformação social, tendo em vista que a conexão em rede possibilitou uma nova forma de relacionamento e troca de informações entre os indivíduos graças à interação entre as novas tecnologias da informação, a cultura e a sociedade, resultando a cibercultura.

Sob a ótica de Lemos (2007b), existem três leis que buscam explicá-la, sendo elas: a lei do polo de emissão, produz e emite conteúdo midiático de forma livre; a lei da conexão generalizada, a qual permite a interação entre os produtores da informação, pois trocam experiências e opiniões para construir coletivamente um novo meio social, devido a uma característica dessa lei, a desterritorização da informação; e a terceira lei, que consiste na reconfiguração de práticas e instituições dos meios de comunicação de massa que fomentam a indústria cultural.

Ainda neste capítulo apresenta-se a história e o conceito da Educomunicação, ainda que seus avanços sejam considerados relativamente novos, cerca vinte anos de existência. Deste modo, utiliza a comunicação midiática para estimular os processos de ensino-aprendizagem, além de estabelecer uma relação entre os atores sociais e a Educomunicação, como veremos mais adiante.

A metodologia pensada para a monografia foi explanada no capítulo 5 que consiste em uma pesquisa qualitativa e exploratória com método de procedimento estudo de caso. Quanto a abordagem configura em análise de conteúdo de três postagens da fanpage Think Olga, a fim de verificar se o posicionamento e o sentido das ações atuam na perspectiva da Educomunicação.

No capítulo 6, relatamos a história do Think Olga e como esse site alcançou a credibilidade de hoje. Apresentamos também as ações desenvolvidas pelo coletivo feminista, além da análise e os resultados da pesquisa.

2 GÊNERO A HISTÓRIA SOCIAL DE UM CONCEITO

As questões de gênero permeiam os diversos segmentos da sociedade; seja na hierarquização da família, que estabelece os papéis sociais assegurados pela sociedade patriarcal – baseados em distinções biológicas – e reflete na criação dos filhos com tratamentos diferenciados em elementos cotidianos; ou na escola, que ratifica os indícios desta sociedade sexista, e direciona os sujeitos aos papéis sociais que devem assumir de acordo com o gênero designado.

Essas distinções ditam comportamentos e produzem estigmas, baseados em práticas culturais que são perpetuadas na sociedade, por ausência de consciência sociopolítica sobre a relevância de desconstruir as práticas sexistas nas diversas instâncias essenciais à formação humana. Portanto, se faz necessário compreender o histórico sobre o conceito de gênero na sociologia, como forma de elucidar as recentes lutas dessas minorias na esfera pública.

A antropóloga estadunidense Margaret Mead introduziu a noção de gênero ao realizar uma pesquisa comparativa entre três comunidades tribais em Nova Guiné sobre os papéis sexuais. De acordo com Piscitelli (2009), a antropóloga foi pioneira ao perceber que as características femininas e masculinas são decorrentes de influências sociais e culturais, que não se limitam às distinções biológicas. Com base nos resultados da pesquisa, em 1930, ela documentou seus estudos no livro *Sexo e temperamento em três sociedades primitivas*. Nele, Mead afirma não ser uma regra universal existir um temperamento inato correspondente ao sexo; quer seja uma prática feminina ou masculina. De acordo com a antropóloga, esses traços de caráter são adquiridos desde o nascimento do indivíduo, assim:

Toda cultura determina, de algum modo, os papéis dos homens e das mulheres, mas não o faz necessariamente em termos de contraste entre as personalidades atribuídas pelas normas sociais para os dois sexos, nem em termos de dominação e submissão. (PISCITELLI,2009, p.129,)

Nesse sentido, a bióloga e historiadora de Ciência, Donna Haraway menciona no artigo *Gênero para um dicionário marxista* que o termo gênero só foi formalizado em 1963 pelo psicanalista estadunidense Robert Stoller no Congresso Psicanalítico Internacional em Estocolmo.

De um modo geral, Giddens (2012) explica que o termo sexo se refere às diferenças anatômicas (órgãos genitais) e fisiológicas que definem corpos femininos

e masculinos; gênero relaciona-se às particularidades psicológicas, sociais e culturais estabelecidas sobre noções de masculinidade e feminilidade moldadas através de experiências vivenciadas por cada indivíduo; já a orientação sexual é atribuída à direção da atração sexual ou romântica do sujeito. É importante esclarecer que, muitas vezes, o termo “opção sexual” é utilizado erroneamente, pois subtende-se que a orientação sexual é questão de escolha do sujeito, entretanto, a sociologia considera que todos os tipos de orientação sexual resultam de uma interação complexa entre fatores biológicos e aprendizagem social.

No entanto, as questões de gênero até hoje causam confusão na sociedade, pois vão além de diferenciar sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. Para que o diferente lhe pareça mais confortável, há uma necessidade dos indivíduos em tentar normatizar tais características, entretanto, o conceito de gênero é subjetivo e fluído, já que perpassa o âmbito da cultura e o que define suas diferenças está relacionado a construção social de cada sujeito.

Existem interpretações sociológicas que procuram elucidar as razões da desigualdade de gênero. Giddens (2012) menciona três perspectivas a respeito do sexo e gênero: a primeira abordagem argumenta em favor da base biológica para justificar as diferenças inatas no comportamento entre homens e mulheres. A segunda, prioriza a socialização e a aprendizagem dos papéis de gênero como argumento central de sua teoria. Já a terceira, considera que nem o gênero nem o sexo tem base biológica, mas são construções totalmente sociais.

Cada uma dessas abordagens tem sua parcela de contribuição para compreender a construção social de um conceito, entretanto, essas concepções isoladas não consolidam as razões dessa desigualdade.

Por meio do contato com diversas agências de socialização, primárias, secundárias, as crianças gradualmente acabam internalizam as normas e expectativas que correspondem ao seu sexo[...]. Segundo essa visão funcionalista, as agências socializadoras contribuem para a manutenção da ordem social, supervisionando a socialização correta das novas gerações a seus respectivos gêneros. (GIDDENS, 2012, p. 431)

O argumento com maior sustentação é o que Giddens (2012) denomina socialização de gêneros. Segundo essa teoria, as desigualdades de gênero, na maioria das culturas continuam porque homens e mulheres são treinados para exercer papéis sexuais diferentes e que as instancias sociais (família, escola, mídia) contribuem para o aprendizado e fortalecimento dessa teoria social.

2.1 Violência de gênero

Todo sistema colabora para o exercício e manutenção do poder simbólico nos diversos segmentos da sociedade, seja a família, a escola, a mídia ou o próprio estado. De acordo com Bourdieu (1989), é por meio dos sistemas simbólicos estruturantes como a língua, a arte, religião e a cultura de um povo que esse poder se manifesta e intitula como um poder invisível que fundamenta e desencadeia um conjunto de outros poderes e atos.

É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual pode ser exercido com a cumplicidade que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, p.8,1989).

Este poder é tão intrínseco na sociedade que as classes dominadas não desenvolvem com facilidade a percepção da violência que sofrem, uma vez que não enxergam tal imposição. Segundo Castells (2013), isso ocorre porque o monopólio construído é baseado nos valores e interesses daqueles que o exercem, seja por meio da coerção – violência – ou pela construção de significado na mente das pessoas, mediante manipulação simbólica.

Outro ponto abordado por Bourdieu (1989) se refere as produções simbólicas como instrumentos de dominação definidos por um caráter socialmente articulado, para atender os interesses da classe dominante e privilegiada. Os discursos dominantes, direcionados pelo poder simbólico, estão enraizados na construção histórica e cultural de nossa sociedade. São eles que promovem, sustentam e dão continuidade a boa parte dos valores éticos, morais e por muitas vezes alienantes que compõem o comportamento do homem.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação de dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados (BOURDIEU, p.11 1989).

As relações de comunicação e conhecimento configuram relações de poder, disseminados pelos agentes ou instituições que desencadeiam o poder simbólico. A classe dominante impõe a definição de mundo social de acordo com suas posições ideológicas que tendem a reforçar dentro e fora da classe a crença na legitimidade de seu domínio visando atender seus interesses.

As minorias sociais (negros, judeus, índios) sofreram opressão por consequência de um acontecimento histórico que subordinou, por um tempo, o mais fraco ao mais forte: a diáspora judaica, a introdução da escravidão na América ou as conquistas coloniais. Para Beauvoir (1949, p.12) “Nesses casos, para os oprimidos, houve um passo à frente: tem em comum um passado, uma tradição, por vezes uma religião, uma cultura”. No entanto, os grupos sociais citados têm consciência da dominação que sofreram diferentemente das mulheres – apesar de representarem uma maior parcela na população.

Logo, tanto Bourdieu (1949), quanto Beauvoir (1949) reconhecem a existência da soberania de um grupo sobre outro, enraizado pelos sistemas simbólicos, entretanto, observa-se que a sociedade corrobora para a manutenção e exercício da violência de gênero – especificamente a violência sofrida pelas mulheres.

A dominação masculina é uma característica da cultura patriarcal que mantemos em nossa sociedade, apesar da existência de coletivos feministas ou quaisquer instituições que proponham a desconstrução dessa visão engessada, entretanto, mesmo em pleno século XXI, as estruturas de dominação perpetuam tal prática social de forma natural, o que constitui segundo Bourdieu, um *habitus*¹.

Bourdieu (2002) considera a violência simbólica uma forma de violência silenciosa exercida pelo corpo sem contato físico, que pode causar ao indivíduo danos morais e psicológicos. Essa forma de coação se apoia no reconhecimento de uma imposição determinada por fatores econômicos, sociais ou simbólicos, o último se concretiza na fabricação de crenças no processo de socialização e padrões que induzem o indivíduo a se posicionar na esfera social seguindo as normas estabelecidas pelo discurso dominante.

O esclarecimento de Bourdieu, se aplicado à violência contra o gênero feminino de forma pragmática, revela episódios de violência moral, psicológica e física: seja o assédio sexual no ambiente de trabalho; uma relação fisicamente agressiva com o cônjuge ou casos de estupro. Apesar de incontestáveis, esses exemplos de violência,

¹ O conceito de *habitus* define-se como um “sistema de disposições para a ação”. É uma noção mediadora entre a estrutura e o agente em que se procura incorporar todos os graus de liberdade e determinismo presentes na ação dos agentes sociais. Assim, o *habitus* é a “interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, ele capta o modo como a sociedade se deposita nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, capacidades treinadas, e modos de pensar, agir e sentir, e capta também as respostas criativas dos agentes às solicitações do meio social envolvente, respostas essas que são guiadas pelas disposições apreendidas no passado. Disponível em: <<https://sociologando.wordpress.com/2008/04/06/habitus/>> Acesso em: 25 mai 2017

muitas vezes, são desacompanhados de provas físicas – por motivos como denúncias tardias, obstrução de terceiros, entre outros – e enfrentam a negação da sociedade, que desacredita na palavra da vítima. Esse desamparo levanta questões que vão do despreparo das delegacias no acolhimento das denúncias às tentativas de culpabilização da vítima pela própria sociedade.

No campo jurídico, de acordo com Debert e Gregori (2008), as delegacias especiais de polícia voltadas para a defesa de minorias são, no entanto, fruto de reivindicações de movimentos sociais. Dessa forma, a Delegacia da Mulher² configura como uma conquista do movimento feminista na busca pelo reconhecimento de uma violência específica contra o sexo feminino – embora manifestada de formas distintas, de acordo com as situações.

Outro êxito do movimento foi a Lei 11340/06, conhecida como a Lei Maria da Penha³ que surgiu como um dispositivo legal na luta contra a violência de gênero no ambiente doméstico. Porém, como explicaram Debert e Gregori (2008), essa lei também enfrenta dificuldades em sua execução, uma vez que ocorre o encapsulamento da violência pela criminalidade e o risco concomitante de transformar a defesa das mulheres na defesa da família. Essa interpretação ambígua da lei é reflexo também de como a violência contra a mulher dificilmente é compreendida pela sociedade.

Segundo Debert e Gregori (2008), a violência contra a mulher pode apresentar-se de diversas formas – violência física, verbal, psicológica, sexual, entre outras – e em cruzamento com características agravantes – etnia, classe social, orientação sexual.

Dessa forma, numa sociedade majoritariamente patriarcal que negligencia denúncias de mulheres, há uma falha na recepção dessas queixas nas delegacias e nos percursos legais tomados na sequência. Por consequência, a defesa das mulheres ainda é um assunto negligenciado e incompreendido até por elas, uma vez que nem todas possuem o discernimento de que se encontram na posição de vítima.

² Em de 6 de agosto de 1985, o Estado de São Paulo foi pioneiro no país na criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher, no governo de Francisco Montoro. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/criacao-da-1-delegacia-de-defesa-da-mulher-do-pais-completa-30-anos/>> . Acesso em: 25 mai 2017

³ Maria da Penha Fernandes sobreviveu a duas tentativas de homicídio por parte do ex-marido, ficou paraplégica, mas se engajou na luta pelos direitos da mulher e na busca pela punição dos culpados. No seu caso, a punição do marido agressor só veio 19 anos e 6 meses depois. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/saiba-que-e-como-surgiu-lei-maria-da-penha-476303.html>> Acesso em: 25 mai 2017

3 AFINAL, O QUE É O MOVIMENTO FEMINISTA?

Em um contexto de efervescência social, político e cultural, o movimento feminista surgiu em busca da emancipação feminina, com as mulheres como protagonistas da transformação de suas próprias condições sociais. Diferente do que se propaga na mídia, o feminismo não é um movimento contrário ao gênero masculino, e sim uma luta em busca de equidade de direitos.

Esse movimento libertário propõe que as mulheres tenham autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Além disso, lutam contra o assédio sexual em espaços públicos e privados, uma vez que a dominação masculina acaba violando a liberdade das mulheres que, muitas vezes, mudam seus hábitos por medo de sofrer alguma violência sexual ou simbólica.

Essas imposições culturais violam o Art. 5º, da Constituição de 1988 que nos assegura: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL,1988).

De acordo com Pinto (2010), para compreender o movimento feminista é preciso analisá-lo a partir de duas vertentes: da história do feminismo e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise. Observa-se que esses campos de pesquisa são conhecimentos interligados, deste modo, a área de atuação acaba dissolvendo esses limites.

Em 1791, aconteceu um avanço em busca da igualdade de direitos de abrangência coletiva. De acordo com Silveira (2008), a francesa Olympe de Gouges elaborou a Declaração dos Direitos das Mulheres e das Cidadãs⁴ se posicionando contra a exclusão das mulheres em exercer os direitos proclamados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) durante a Revolução Francesa. Influenciada pelas ideias de Gouges, a inglesa Mary Wollstonecraft escreveu um livro reivindicando a atuação das mulheres em esfera pública, como: o direito à cidadania

⁴ A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão era influenciado por ideais iluministas, então, a líder francesa elaborou uma declaração em contraponto. Neste documento defendia que a diferença entre os sexos não deveria ser parâmetro para estabelecer a desigualdade de direitos entre homens e mulheres. Apesar do avanço, o documento foi inicialmente ignorado e Olympe condenada à morte. (SILVEIRA, 2008).

mediante ao voto e o fim de uma educação diferenciada entre os sexos. Portanto, essas duas mulheres são referências históricas que serviram de inspiração para o surgimento do movimento feminista.

Observa-se que a conjuntura desses acontecimentos históricos propiciou a inserção das mulheres em esfera pública, a exemplo da Revolução Industrial que, conforme elucidado por Silveira (2008), em meio à crise econômica permitiu a entrada de mulheres nas fábricas, pois a mão de obra feminina além de ser mais barata e maleável, favorecia consideravelmente o sistema capitalista, afinal, elas cumpriam longas jornadas de trabalho e recebiam salários bem inferiores comparado aos dos operários homens.

As reivindicações feministas começaram a sair do campo teórico, que segundo Beauvoir (1949), era subsidiado por fundamentos econômicos para justificar a participação da mulher no trabalho. Desse modo, a burguesia tentava burlar essa discreta conquista feminina com argumentos que utilizavam a velha moral para preservar na solidez da família a garantia da propriedade privada, entretanto, o verdadeiro motivo para restringir a atuação das mulheres na vida pública era sua autonomia, que representava uma verdadeira ameaça, mesmo que a atividade exercida por elas fosse na classe operária. Para Beauvoir (1949, p.75) “a igualdade só se poderá restabelecer quando os dois sexos tiverem direitos juridicamente iguais, mas essa libertação exige a entrada de todo o sexo feminino na atividade pública”.

Por essa razão, ela é considerada precursora do feminismo, pois suas produções estimulavam as mulheres a questionarem sua inserção no meio social, com dúvidas pontuais: Para Beauvoir (1949, p.7) “O que é ser mulher? Por que ela aceita a subordinação? Que lugar ocupam no mundo ou deveriam ocupar? Onde estão as mulheres? Se a função da fêmea não basta para definir a mulher, e nos recusamos ao estereótipo de que ela deve ser relacionada pelo eterno feminino”, essas indagações buscavam despertar uma consciência nas mulheres para a imposição masculina naturalizada. A exemplo da expressão *fêmea humana* utilizada por muitos filósofos como: “A fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades”, ou “Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural” (ARISTÓTELES apud BEAUVOIR, 1949, p.10)

Um protesto ocorrido no dia 8 de março de 1857, simbolizou a luta de mulheres por melhores condições de vida e trabalho, e deu origem ao Dia Internacional da

Mulher.⁵ Estes episódios contribuíram para que as mulheres se mobilizassem acerca de sua condição social, dividindo o movimento feminista em três ondas.

Conforme Piscitelli (2009), a primeira onda do feminismo ocorreu nas últimas décadas do século XIX e início do século XX. As primeiras manifestações aconteceram na Inglaterra e posteriormente, o movimento sufragista conseguiu romper algumas imposições sociais que ratificavam a desigualdade de gênero em vários países ocidentais, como o direito ao voto, o acesso à educação e o direito de ter posses e bens, uma vez que, todas essas legalidades formais eram restritas aos homens.

O movimento feminista perdeu força e trajetória em 1930, e só veio ressurgir em 1960. De acordo com Piscitelli (2009), *O Segundo Sexo* de Beauvoir influenciou notoriamente a segunda onda do feminismo, que se desdobra tanto em ação política quanto uma produção mais acadêmica acerca do movimento. Observa-se que a autora já destacava a importância de ir além das reformas de leis – era preciso enfrentar os aspectos sociais que situavam a mulher em um lugar inferior.

Em sua obra, Beauvoir trouxe questionamentos à frente do seu tempo e, ainda, considerados atuais, como menciona Almeida:

Sexualidade na infância, a menstruação, o erotismo, o desejo e a iniciação sexual, a religiosidade repressora, a cultura de dominância masculina e machista e a desqualificação cultural da feminilidade, maternidade como escolha, o sexismo na literatura, o defloramento, a brutalidade masculina na relação sexual, a virgindade, o orgasmo [...] o lesbianismo, a dominação masculina no casamento tradicional, a prostituição, a velhice, o suicídio, entre muitos outros. (ALMEIDA, 1999, p.148)

Deste modo, *o Segundo sexo* representa um marco para o feminismo pois caracteriza um grito de libertação tanto para Beauvoir quanto para outras mulheres. Conforme Almeida (1999), essa obra a consolidou como escritora, filósofa e

⁵ No Dia 8 de março de 1857, em Nova York (Estados Unidos) operárias de uma fábrica de tecidos fizeram uma grande greve, ocupando a fábrica e reivindicando melhores condições de trabalho, tais como: redução na jornada de trabalho para dez horas (elas trabalhavam 16 horas diárias), equiparação de salários com os homens (elas recebiam até um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de trabalho) e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho. A manifestação foi duramente reprimida: as mulheres foram trancadas na fábrica e esta foi incendiada, tendo morrido carbonizadas 130 tecelãs. Em homenagem a estas mulheres, foi decidido em 1910, na Dinamarca, que o dia 8 de março. Passaria a ser o Dia Internacional da Mulher. A data somente foi oficializada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1975. (SILVEIRA, 2008 p.43)

pensadora original da condição feminina a qual foi testemunha, já que o sexismo na literatura colocava em cheque a autenticidade de seus pensamentos e obras, mediante seu relacionamento com o também filósofo Jean Paul Sartre, uma vez que Beauvoir era destemida e defendia seus posicionamentos com firmeza para o que se espera de uma mulher no século XX.

De um modo geral, Pinto (2010) rememora que a década de 60 foi marcante para o mundo ocidental: tanto com os acontecimentos históricos, políticos e ideológicos nos Estados Unidos, como a Guerra do Vietnã, o movimento hippie e a vitória de John Kennedy na eleição para presidente; como na Europa, com o episódio Maio de 1968⁶, em Paris; quanto para a ascensão cultural com o surgimento dos Beatles e Rolling Stones.

Em paralelo a esses acontecimentos foi lançada a pílula anticoncepcional – esse medicamento teve um papel fundamental na emancipação feminina, revolução sexual e nas concepções de maternidade.

Em 1963, Betty Friedman lançou o livro *A mística feminina* dando destaque a mulher no campo do conhecimento. Já em 1968, ocorreu um protesto que ficou conhecido como Queima dos sutiãs⁷, no qual mulheres ativistas do movimento *Women's Liberation Movement* pretendiam colocar fogo em objetos e vestimentas que simbolizavam a ditadura da beleza durante o tradicional concurso *de Miss American* nos Estados Unidos. Embora a queima de sutiãs não tenha acontecido de fato, uma vez que o local do concurso não se tratava de um espaço público. A atitude dessas mulheres ganhou repercussão mundial na mídia, dando visibilidade ao movimento.

Nessa época, de acordo com Giddens (2012), surgiram algumas correntes do movimento feminista que buscavam explicar as razões da desigualdade de gênero por meio de uma variedade de processos sociais profundamente enraizados como o sexismo, o patriarcado e o capitalismo.

No século XX foram definidas as principais linhas do feminismo no Ocidente como: o feminismo liberal, o feminismo socialista e o feminismo radical, que apesar

⁶ Em Maio de 1968, ocorreu uma série de protestos apoiados pelo Partido Comunista Francês, que culminaram em uma greve geral no país, com participação de todas as camadas sociais. A motivação inicial foram os pedidos de reformas no setor educacional. Posteriormente, outros grupos juntaram-se às reivindicações. Disponível em: <<http://mundoestranho.abril.com.br/historia/o-que-foi-o-movimento-de-maio-de-68-na-franca/>> Acesso em: 20 mai 2017

⁷ Disponível em: <<https://anos60.wordpress.com/2008/04/07/a-queima-dos-sutias-a-fogueira-que-nao-aconteceu/>> Acesso em: 28 abr de 2017

de terem posicionamentos divergentes, cada uma teve sua parcela de contribuição. Posteriormente, surgem o feminismo negro e o interseccional. Observa-se que todas as vertentes reconhecem a subordinação feminina, contudo, enxergam uma possível solução e motivos sobre perspectivas diferentes.

A visão socialista se baseia nos pensamentos de Engels em *As origens da família, a propriedade privada e o estado*, sobre a perspectiva do materialismo histórico. A divisão do trabalho baseado no sexo biológico ocasionou a opressão sexual com o surgimento de classes sociais baseada na propriedade privada, segundo esse pensamento, para se construir uma organização social visando a igualdade de gênero era preciso desconstruir o capitalismo, pois, existem fatores materiais e econômicos que intensificam o patriarcado – opressão de classe – fortalecendo assim, a submissão feminina. (PISCITELLI, 2001; GIDDENS, 2012)

Apesar do feminismo socialista elucidar sobre o impacto do capitalismo acerca da origem dessa desigualdade, esse pensamento, embora inspirador, torna-se reducionista até para a época em que surgiu, pois, as instâncias sociais são movidas a dinheiro. Além disso, ignora outros aspectos sociais que sustentam o sistema patriarcal.

As feministas radicais têm posicionamentos diferentes entre si, embora estejam na mesma linha de pensamento no que se refere às origens da opressão feminina; umas culpabilizam a estrutura familiar por ocasionar dependência financeira; outras, como menciona Piscitelli (2001), fazem jus ao nome por acreditarem que a única solução para a emancipação feminina é derrotar o patriarcado; no entanto, a principal pensadora dessa vertente, Shulamith Firestone, avalia que ter controle sobre a reprodução seria o melhor caminho.

Uma contribuição interessante dessa corrente segundo Giddens (2012) foi identificar que a ditadura da beleza reproduzida nos meios de comunicação de massa e no universo da moda constitui uma forma de opressão, pois, induz a um padrão sociocultural. Essa constatação desencadeou o debate sobre a objetificação do corpo feminino e a violência doméstica sofrida pelas mulheres, o cerne da dominação masculina é tão forte, que essas questões são levantadas no feminismo contemporâneo.

Já o feminismo liberal, de acordo Giddens (2012), procura estabelecer oportunidades iguais para as mulheres perante a legislação e outros meios democráticos, no entanto, não justificam a desigualdade apenas como consequência

da subordinação feminina. Essa linha liberal foca nos fatores que colaboraram para esse cenário, deste modo, centralizam suas lutas nas últimas décadas contra o sexismo, a discriminação das mulheres no local de trabalho, mídia e sistemas educacionais.

Comparado ao feminismo radical, observa-se que as ações do feminismo liberal são mais comedidas, pois apesar de reconhecerem a natureza sistêmica do patriarcado, lutam por reformas políticas e legais de maneira gradativa como forma de driblar o sistema por meio da legislação.

Já o feminismo negro, conforme Giddens(2012), buscou questionar a forma generalizada que a opressão feminina era tratada, tendo em vista que as mulheres negras sofreram discriminação baseados em sua raça e gênero, logo, os fatores sociais, econômicos e sobretudo o legado histórico acerca da escravidão e segregação racial determinam que as experiências vividas por mulheres brancas não são as mesmas que mulheres negras – e essas questões não foram priorizadas anteriormente por outras vertentes feministas.

Moreira (2007) explica que o feminismo negro surgiu para interferir na construção desses processos sociais, para que as mulheres negras se posicionem como sujeito político e visível capaz de transformar o cenário designado a elas. Portanto, tomar consciência de sua subjetividade e reconhecer a pluralidade que a identidade negra representa é o primeiro passo para intervir socialmente, aprofundando suas lutas de acordo com a especificidade de suas demandas, afinal, ninguém melhor que o indivíduo oprimido para reconfigurar o espaço público.

Observa-se que a fanpage Think Olga revelou traços do feminismo interseccional - o feminismo é plural, as mulheres são diferentes entre si e, portanto, também sofrem diferentes opressões baseadas em categorias sociais (como cor, etnia, sexualidade, classe, entre outros), que cruzam-se gerando interseções. Para Souza (2015), a página demonstrou intimidade com esse pensamento ao convidar autoras de diversas áreas do feminismo com experiências de vida distintas, para colaborar com textos para o si.

De acordo com Matos (2010, p.69), “A importância de se considerar as fronteiras interseccionais, transversais e transdisciplinares entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração”. Essa linha se baseia na construção de uma identidade pluralizada, visto que a alteridade é seu diferencial.

Além disso, percebe-se algumas características do feminismo liberal na Think

Olga por estimularem em suas pautas, a luta por reformas políticas na legislação e outros meios democráticos, por meio da representatividade feminina em esfera pública.

Apesar das características de cada corrente terem contribuído para a construção do feminismo, a necessidade de normatizar conceitos e padrões não deve ser maior que o conhecimento transmitido. Por essa razão, o feminismo é considerado fluido, subjetivo e horizontal, assim como as práticas educacionais, ambos procuram reconfigurar o discurso estabelecido pelo poder dominante e intervir na sociedade através da desconstrução de antigos paradigmas.

3.1 Um breve recorte do movimento feminista no Brasil

No Brasil, a primeira onda foi liderada pela bióloga e cientista Bertha Luz, a partir de 1910, cujo eixo central dessa militância constitui a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos. Pinto (2003) denomina três tendências para explicar o feminismo no país: o feminismo bem-comportado, o malcomportado e o menos comportado dos feminismos. A autora intitula como feminismo bem-comportado por esse movimento ter sido organizado por mulheres de classe média e alta; filhas de políticos ou intelectuais da sociedade brasileira que estudaram fora do país.

Praticamente sem exceção, é dentro desses núcleos familiares diferenciados que surgiram as principais vozes femininas contrárias à opressão da mulher. Não havia nessas famílias condutas éticas diversas ou formas alternativas de pensar o papel da mulher, mas um ambiente distinto que possibilitou às filhas o acesso ao mundo culto da leitura e da valorização da educação. (PINTO, 2003, p.17)

Inconformadas com a não aprovação do voto feminino pela Constituinte, Otto (2004) menciona que um grupo de mulheres realizaram algumas intervenções para consolidar as lutas feministas no espaço público como: a fundação do Partido Republicano Feminino, em 1910; a fundação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), em 1918; além do surgimento do jornalismo feminista. No entanto, a conquista do voto feminino no Brasil só foi assegurada em 1932, no governo do presidente Getúlio Vargas.

Observa-se que o foco dessa onda é incluir mulheres no exercício à cidadania, no entanto, esse viés não procura ressignificar o papel da mulher nas relações de

gênero nem questionar as razões que fortalecem a opressão feminina, por essa razão, possui um caráter conservador acerca do movimento. (OTTO, 2004)

De acordo com Barreira (2003) o feminismo sofreu um período de reclusão, no entanto, entre as décadas de 1950 e 1970, um movimento formado por mulheres de diferentes classes sociais realizou discretas participações em busca de melhorias sociais, afinal, não poderia ocorrer transformação nas relações de gênero em meio a tanta desigualdade social. Algumas dessas organizações lutavam contra a carestia e o movimento de mães pela liberdade.

Enquanto os movimentos libertários nos Estados Unidos e Europa estavam em ascensão, o Brasil vivia um momento de efervescência cultural, simultaneamente, sofria repressão política e social com a ditadura militar. De acordo com Pinto (2010), a segunda fase do feminismo brasileiro, ressurgiu de fato na década de 70, em pleno governo Médici - sendo considerado o período mais radical da Ditadura Militar; o memorado “anos de chumbo”.

[...] a música revolucionava-se com a Bossa Nova, Jânio Quadros, após uma vitória avassaladora, renunciava, Jango chegava ao poder, aceitando o parlamentarismo, a fim de evitar um golpe de estado. [...] em 1964, veio o golpe militar, relativamente moderado no seu início, mas que se tornaria, no mitológico ano de 1968, uma ditadura militar das mais rigorosas, por meio do Ato Institucional n.5 (AI-5), que transformava o Presidente da República em um ditador. (PINTO, 2010, p.16)

Apesar da conjuntura política a favor do golpe militar de 1964, o feminismo e outros movimentos sociais conseguiram, na medida do possível, sobressair a repressão por meio da clandestinidade.

Nessa época, uma gama heterogênea de mulheres (líderes operárias, anarquistas, escritoras, jornalistas e professoras) que expressavam seus posicionamentos por meio da imprensa feminina alternativa a qual Célia Pinto chama de feminismo mal-comportado. Essa autonomia colocou em pauta um campo vasto de questões como: o direito da mulher à educação, a dominação masculina como forma de limitar sua atuação em esfera pública e alguns temas delicados para a época como o divórcio e a sexualidade, o que caracterizava uma natureza libertária acerca do movimento. (OTTO,2004).

Já a terceira tendência, Pinto (2003) avalia como o menos comportado dos feminismos por possuir uma natureza mais politizada, composto por trabalhadoras e intelectuais militantes do movimento anarquista e partido comunista, essa tendência

defende a liberação da mulher de uma forma radical, e questiona também a exploração das mulheres no trabalho.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU), declarou os próximos dez anos como a década da mulher, na I Conferência Internacional da Mulher, foram organizadas algumas ações em prol da emancipação feminina o Brasil, entre elas: uma semana de debates intitulada por O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira; o lançamento do Movimento Feminino pela Anistia, em 1979; a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher, em 1984; e a campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres que, posteriormente, resultou na elaboração da Constituição de 1988.(PINTO,2010)

Com a redemocratização nos anos 1980, de acordo com Souza (2015) as feministas brasileiras, sob influências europeias, retornaram do exílio com a anistia, e deste modo, o conhecimento adquirido foi transmitido para as feministas que permaneceram no Brasil. Nessa época, alguns movimentos sociais se tornaram organizações não governamentais (ONGs).

Além disso, o movimento feminista direcionou sua pauta para uma perspectiva mais abrangente, procurou dar vez e voz às minorias sociais, tangenciando suas lutas ao afirmar que as mulheres possuíam raízes diferentes, pois, a opressão sofrida por uma mulher negra e pobre não é a mesma que uma mulher branca de classe média, logo, não seria possível uniformizar o movimento baseado em apenas uma figura feminina. Este momento marca a terceira onda do feminismo no Brasil.

Os movimentos sociais e também o feminista, defrontando-se com novas maneiras de conceber a cultura política e outras formas de se organizar coletivamente [...] busca de uma reconfiguração do espaço público, por meio da forte participação de “novas” articulações dos movimentos de mulheres (mulheres negras, lésbicas, indígenas, rurais etc.); 4) uma posterior especialização e profissionalização do movimento. Este terceiro momento marca o início de uma aproximação cautelosamente construída junto ao Estado. (MATOS, 2010, p.68)

A situação do feminismo na terceira onda foi de encontro ao desenvolvimento do acesso à internet, que ganhou fôlego no final dos anos de 1990 e início do século XXI, quando as novas tecnologias se fizeram mais presentes.

De acordo com Souza (2015), a predominância masculina na internet foi um obstáculo no primeiro momento, posteriormente, as mulheres começaram a se incluir

nesses espaços, afirmaram sua relevância através de trocas de experiências em blogs, sites e redes sociais, produzindo conteúdo de cunho feminista. Dessa forma, os movimentos sociais da época ficaram otimistas com a democratização da nova mídia – pois abriu espaço para a promoção de ideais que não encontravam oportunidades de divulgação nas mídias tradicionais, como o rádio, a televisão e o jornal. Progressivamente, a interação feminina com as novas tecnologias expandiu os espaços de militância, transformou a internet em difusor de ideias.

Os debates e temas virais dos últimos anos foram imprescindíveis para reforçar a resiliência da quarta onda do feminismo brasileiro – que abraçou a pluralidade do ser mulher e abriu espaço para os desdobramentos sobre os gêneros - saindo da dualidade entre feminino e masculino e abarcou os feminismos das mulheres negras, trans, lésbicas, pobres, ricas, portadoras de deficiência, entre outras. (RODRIGUES, 2017). Desse modo, é correto afirmar que a internet se tornou um púlpito de troca de experiências, realização de denúncias e busca por engajamento nas ruas.

4 A CIBERCULTURA PARA CONSOLIDAR OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA INTERNET

O sistema tecnológico da internet foi desenvolvido no ambiente acadêmico por pesquisadores e especialistas em informática, entretanto, esse feito só foi possível em razão de quatro camadas que se sobrepõem para formar a cultura da internet, sendo elas: hacker, tecnomeritocrática, comunitária virtual e empreendedora. No entanto, para prosseguir se faz necessário definir cultura. Para Castells (2004, p.55) “conjunto de crenças e valores que formam o comportamento. Os esquemas de comportamento repetitivos geram costumes que se impõe perante as instituições assim como perante as organizações sociais informais”.

Mesmo que etimologicamente cultura venha do latim e signifique cultivar a terra, esse conceito desencadeia uma variedade de contextualizações tendo em vista que a sua amplitude na sociologia é muito subjetiva, afinal, tudo que reproduz um hábito ou comportamento pode ser considerado cultura, embora, nem toda sociedade legitime tal prática.

A primeira delas, Conforme Castells(2004) é denominada cultura hacker, caracteriza-se pela liberdade de criação, visto que é um ambiente propício para cooperação e livre circulação de conhecimentos tecnológicos. Observa-se que essa cultura é norteadas por alguns critérios no que diz respeito a motivação de suas criações, entre eles: a capacidade de inovação tecnológica sempre buscando a primazia; o prazer individual da criatividade; a possibilidade de comercializar o objeto de oferta (software inovador) e a última, mas não menos importante, constitui o acesso aberto a informação com a liberdade de fazer sua intervenção.

No entanto, o desenvolvimento dessa cultura recebeu influência da cultura tecnomeritocrática que tem por objetivo atingir a excelência tecnológica. Para Castells (2004, p.58) consiste em “ o mérito mede-se pelo grau de contribuição para o desenvolvimento de um sistema tecnológico que proporciona um bem comum à comunidade de descobridores”.

Já a cultura comunitária virtual, de acordo com Castells (2004) configurou a forma, o processo e o uso social da internet pois, a partir de 1990 o acesso para

usuários comuns foi facilitado com a popularização da World Wide Web⁸. Apesar de não ser tão organizada quanto a hacker, as comunidades virtuais são movidas por dois princípios: o da comunicação horizontal que prioriza a liberdade de expressão e a conectividade autogerida.

A cultura anterior possibilitou o surgimento dos empreendedores da internet devido a projeção de seu alcance. Observa-se que a cultura empreendedora identifica a possibilidade de comercialização da rede, entretanto, não possui poder aquisitivo para executar as contribuições assimiladas de cada cultura (tecnocrática, hacker e comunitária), então, oferece suas ideias e serviços para os detentores de capital, conseguindo assim, os recursos para transformar seus projetos baseado na experiência tecnológica em empreendimento. (CASTELLS, 2004)

A cultura empreendedora, como dimensão essencial da cultura Internet, tem uma característica histórica nova: faz dinheiro das ideias, e mercadoria do dinheiro, de modo que tanto a produção material como capital dependem do poder da mente. Os empreendedores da Internet são mais criadores que homens de negócios, e estão mais próximos da cultura dos artistas que da cultura empresarial tradicional. (CASTELLS, 2004, p.81)

Em síntese, percebemos que a cultura da internet obedece uma hierarquia em sua composição e não chegaria a essa dimensão hoje, se não houvesse uma articulação entre elas. Essa cultura é resultado da construção de seus criadores que produzem e realimentam o sistema tecnológico de modo a propiciar mecanismos para que os usuários tenham acesso ao que chamaremos de ciberespaço.

Deste modo, compreender a cultura da internet em uma perspectiva mais tecnológica foi necessário para entender a sua dimensão social, pois, a internet se configura como uma tecnologia de comunicação livre que possibilitou mecanismos para transcender barreiras institucionais e burocráticas; trocar saberes e experiências com outras culturas independente de sua localização; buscar conhecimentos a partir de preferências pessoais e, principalmente, transformou o diálogo entre os indivíduos.

Esse ambiente virtual agrega um universo de informações, serviços e memórias que se organizam por meio da interconexão de diversas redes de computadores, interligados mundialmente pela internet o qual denominamos ciberespaço.

⁸A rede mundial de computadores (em inglês: World Wide Web), também conhecida pelos termos em inglês web e WWW. É um sistema de documentos em hipermídia (hipermédia) que são interligados e executados na Internet. Os documentos podem estar na forma de vídeos, sons, hipertextos e figuras. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/World_Wide_Web> Acesso em: 14 abril 2017

Esse termo foi criado em 1984 pelo escritor cyberpunk de ficção científica William Gibson, em sua obra *Neuromancer* que está definido em Lemos (2007a, p.127) como “um espaço não - físico ou territorial composto por um conjunto de redes de computadores através das quais todas as informações (sob as suas mais diversas formas) circulam”.

Observa-se que a consolidação desse novo espaço, conforme Lemos (2007a), só foi possível com o surgimento das novas tecnologias de comunicação e informação que, a partir de 1975, possibilitou a convergência das telecomunicações com a informática, transmitidas por um mesmo suporte, o computador e em diversos formatos midiáticos. Para Lemos (2007a, p.68) “esta revolução digital implica, progressivamente, a passagem do mass media (cujos símbolos são a TV, o rádio, a imprensa, o cinema) para formas individualizadas de produção, difusão e estoque de informação”.

O usuário do ciberespaço tem a capacidade de produzir conteúdo multimidiático tanto de maneira analógica quanto versátil, já que o online modernizou o processo de distribuição e armazenamento da informação, visto que o monopólio dos meios de comunicação de massa tem se tornado ineficiente mediante as potencialidades que esse novo meio se apresenta. Deste modo, os ativistas digitais não fogem desse perfil de usuário, no entanto, transitam nesse meio para difundir seus ideais, lutas e mobilizar pessoas em apoio à causa.

Toda a infraestrutura material da comunicação digital do ciberespaço possibilitou o surgimento da cibercultura, que para Levi (1999, p.17) consiste em um “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”.

Já a cibercultura, conforme Lemos (2007a) é proveniente da interação entre a cultura, a sociedade e as novas tecnologias de base microeletrônicas que se estabeleceu pela necessidade de novas formas sociais, a sinergia desses elementos desenvolveu a cultura da internet.

Diferentemente dos que se mostram contra a mudança na forma de perceber as relações sociais, Lévy (1999) propõe maior receptividade ao pensar a cibercultura mediante suas potencialidades, mesmo que cada indivíduo tenha acesso a esse meio em ritmos e circunstâncias diferentes. Desse modo, o autor compreende o ciberespaço como uma extensão de novas redes de comunicação que se baseiam na

vida social e cultural da sociedade.

Lemos identifica três leis para melhor elucidar a Cibercultura. A primeira delas, de acordo com Lemos (2007b), seria a liberação do polo de emissão - uma característica predominante da cultura pós-massiva, que significa a possibilidade de produzir e emitir conteúdo de forma livre, em vários formatos midiáticos e planetária, pois o espaço virtual proporcionou uma maior autonomia sobre o tipo de informação que queremos consumir, tendo em vista que o modelo de comunicação bidirecional entre grupos e indivíduos (emissor-receptor) se tornou engessado diante da nova configuração que a cibercultura propõe.

A liberação do polo da emissão está presente nas novas formas de relacionamento social, de disponibilização da informação e na opinião e movimentação social da rede. Assim chats, weblogs, sites, listas, novas modalidades midiáticas, e-mails, comunidades virtuais, entre outras formas sociais podem ser compreendidas por essa lei. (LE MOS, 2008, p.20 apud CHAMPANGNATTE, CAVALCANTI, 2015, p. 316)

É possível observar tal revolução na forma de produzir conteúdo por meio das plataformas digitais, quando a própria população se tornou colaboradora de fatos jornalísticos; seja publicando em suas redes sociais - vídeos, textos, fotos – em tempo real, para comprovar a presença em um acontecimento que modificou a rotina da cidade, ou pautando veículos de informação ao sugerir caminhos para que o jornalismo exerça uma das funções sociais da profissão: o serviço à comunidade.

A conexão em rede constitui a segunda lei da cibercultura. Esse princípio permite a interação entre produtores da informação, que por meio de uma conexão generalizada trocam experiências, saberes e opiniões sobre uma infinidade de conteúdos para construir coletivamente um novo meio social. Para Lemos (2007b, p.40) “uma nova economia política parece tomar forma: produção é liberação da emissão e consumo é conexão, circulação, distribuição. A recombinação da cibercultura se dá por modulações de informação e por circulações em redes telemáticas”.

É nessa teia comunicacional que a produção se torna coletiva, sem necessariamente exigir a presença física; é possível trocar experiências com outras culturas, tendo em vista que, a cibercultura possibilita a desterritorialização da informação. Esse novo espaço permite, através de sua pluralidade, uma maior interação dos indivíduos, por se tratar de uma plataforma online descentralizada, fluída e colaborativa que funciona, ainda, como uma ferramenta de memória coletiva no que se refere ao armazenamento da informação.

A terceira lei consiste na reconfiguração de práticas e instituições dos meios de comunicação de massa que fomentam a indústria cultural, ou seja, um retroalimenta o outro. Este princípio nos convida ao momento que estamos vivendo hoje, em que diversos produtos midiáticos não são anulados, mas sim reconfigurados em um novo suporte. (LEMOS,2007b)

O jornal impresso é um exemplo da aplicação dessa lei, pois, esse meio de comunicação tem se adaptado a nova forma de fazer jornalismo, não se prendem tanto ao factual como antes e utilizam este veículo para narrativas mais aprofundadas. Além disso, transfere o conteúdo do jornal de acordo com o formato e proposta de cada plataforma na internet.

O mesmo aconteceu com a música, quando este empreendimento artístico entrou em crise devido à facilidade que as músicas e vídeos circulam em aplicativos para dispositivos móveis. Assim, a indústria cultural desenvolveu novas formas de sustentar seus produtos. Santaella (2003) explica a reconfiguração dos meios de comunicação de massa por meio da cultura midiática:

A cultura midiática propicia a circulação mais fluída e as articulações mais complexas dos níveis, gêneros e formas de cultura, produzindo o cruzamento de suas identidades. Inseparável do crescimento acelerado das tecnologias comunicacionais, a cultura midiática é responsável pela ampliação dos mercados culturais e pela criação de novos hábitos no consumo da cultura. (SANTAELLA,2003, p.59)

Essas características são específicas da internet e colaboram para o surgimento de coletivos de resistência, que visam ampliar as discussões dos movimentos sociais na tentativa de atingir mecanismos políticos e ideológicos de instituições ligadas ao Estado. A hegemonia dos conglomerados de mídia delimita qual informação o indivíduo pode tomar conhecimento - de acordo com seus valores e interesses - sob alegação que esse mundo conectado segregaria ainda mais as classes sociais, entretanto, essa resistência ao novo se configura uma ameaça ao controle e poder da informação.

Em meio às manipulações daqueles que detém o poder e um cenário de aflição econômica, cinismo político e inexistência de democracia em países com regimes ditatoriais, um movimento iniciado nas redes sociais transformou medo e desesperança em desejo de mudanças. Em 2011, conforme Castells (2013), esse sentimento coletivo de indignação provocou a revolução em diversos países,

inicialmente com a Tunísia, Egito e Islândia. Denominada Primavera Árabe⁹, ela posteriormente se estendeu a países do ocidente como a Espanha e Estados Unidos, e mesmo que em circunstâncias diferentes, todas as reivindicações convergiam para uma mesma forma de protesto; a conexão em rede.

Em todos os casos os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e tomada de decisões. (CASTELLS,2013, p.13)

Nesta pesquisa não se faz necessário relatar detalhadamente tais acontecimentos, mas compreender o potencial das redes sociais na mobilização dos movimentos na era da internet, como forma de reconfigurar o espaço urbano.

Os movimentos sociais conectados em rede caracterizam o contrapoder, que segundo Castells (2013, p.14), configura “a capacidade de os atores sociais desafiar o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses”.

É nesse cenário de coerção e intimidação que os atores sociais permeiam as instituições de poder, para romper o monopólio através de algumas ações políticas em busca da transformação social. Além disso, estimulam o debate em rede para que juntos identifiquem caminhos e objeções dessa prática para acarretar em intervenções no espaço público. Deste modo, para que a mudança ocorra, é necessário articular mentes, contestar o poder e construir significados através de uma comunicação autônoma. (CASTELLS,2013)

A internet se tornou um fenômeno comunicacional pela natureza exponencial, caótica e explosiva de seu crescimento, contudo, a facilidade de acesso através dos dispositivos móveis não representa, necessariamente, a inclusão digital – uma vez que a utilização desses meios não é, obrigatoriamente, por um viés de empoderamento por meio da informação. Ainda assim, é imprescindível a utilização do potencial comunicativo para pôr em prática os questionamentos levantados na vida privada, sob a perspectiva de uma realidade aumentada, unidos por meio de uma conexão generalizada.

⁹ Uma onda revolucionária de manifestações e protestos que ocorreram no Oriente Médio e no Norte da África a partir de 18 de dezembro de 2010. Os protestos compartilharam técnicas de resistência civil em campanhas sustentadas envolvendo greves, manifestações, passeatas e comícios, bem como o uso das mídias sociais, como Facebook, Twitter e Youtube, para organizar, comunicar e sensibilizar a população e a comunidade internacional em face de tentativas de repressão e censura na Internet por partes dos Estados. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Primavera_%C3%81rabe> Acesso em: 25 mai 2017

4.1 A Educomunicação como ferramenta de transformação social

Conforme explanado anteriormente, os movimentos sociais organizados na internet possibilitam a interferência no monopólio dos meios de comunicação de massa. Os atores sociais mediam a informação tanto na produção de conteúdo independente, quanto na forma que é distribuída. Entretanto, essa estremecida nas relações de poder só foi possível devido às características que o ciberespaço apresenta; uma plataforma emergente, participativa e horizontal, que possibilita um diálogo aberto em uma perspectiva construtiva, assim como, o conceito da Educomunicação.

De acordo com a Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (2012), Abapeducom, ¹⁰Kaplun criou o neologismo “educuidador” para designar o comunicador que atua nas práticas de comunicação na América Latina, ao citá-lo em seu livro *Una Pedagogia de la Comunicación*, em 1998. Porém, o termo “Educomunicação” já aparecia em discussões da Unesco desde 1980, para designar ações de comunicação voltadas para a educação e vice-versa.

Esse campo de pesquisa é considerado relativamente novo. No Brasil, em 1996, foi fundado, o Núcleo de Comunicação e Educação - NCE, pelo órgão da Universidade de São Paulo (USP). O NCE começou a desenvolver pesquisas no final de 1990 sobre o perfil do Educuidador, para compreender quais características permeiam nesses profissionais com a inter-relação. Simultaneamente, foi criado em 1997 um grupo de pesquisadores de 12 países da América Latina e países da Península Ibérica com interesse na área, coordenados pelo professor Ismar de Oliveira Soares. (NCE, [1999])

A interação entre esses saberes, Comunicação e Educação possibilita uma complementação mútua, pois, é possível educar com as mídias, por meio do uso das tecnologias da comunicação na escola; pelas mídias, como o caso da Think Olga que utiliza a internet para veicular o conteúdo independente; e para as mídias, conscientiza o cidadão para recepção de produtos midiáticos sob uma perspectiva crítica. O NCE/USP define esse novo campo de pesquisa:

¹⁰ Mario Kaplun é um radialista, escritor latino-americano que criou o neologismo “Educuidador” (1998).

[...]espaço que membros da sociedade se encontram para implementar ecossistemas comunicativos democráticos, abertos e participativos, impregnados da intencionalidade educativa e voltado para a implementação dos direitos humanos, especialmente o direito à comunicação. NCE/USP[1999]

Ao longo desses anos, o Núcleo de Comunicação e Educomunicação da USP[1999], em parceria com a Rede Brasileira de Educomunicadores, desenvolveu vários projetos de extensão para estimular os processos de ensino e aprendizagem, baseados na proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais, como os projetos educativos: educom. rádio e o educom.tv. Estes projetos foram implementados em escolas públicas do estado de São Paulo, com o objetivo de capacitar alunos e professores para o uso de linguagens audiovisuais em sala de aula na perspectiva da Educomunicação.

De acordo com o NCE[1999], em decorrência desta crescente onda de estudos e pesquisas sobre o tema, assim como a necessidade de formar um novo profissional que atendesse às carências encontradas no âmbito da correlação entre educação e comunicação, em 2009, foi criada a licenciatura em Educomunicação. Originalmente, o curso pretendia atender às demandas voltadas para o ensino básico. Porém, optou-se pela licenciatura para que o profissional pudesse atuar no magistério com foco especial no Ensino Médio.

Mesmo que, ainda recente, a Educação e a Comunicação ainda fossem consideradas competências em “hábitats distintos”. De acordo com Soares (2000), Paulo Freire foi um dos pioneiros em perceber a inter-relação no cenário latino americano, em seu livro *Extensão ou Comunicação?*, pois, em 1976, defendia que o processo comunicacional possuía um caráter pedagógico libertador, deste modo, a comunicação deveria ser interpretada como componente do processo educativo e não apenas como um desenvolvimento tecnológico.

Logo, o conceito de “comunicação educativa”, exposto por Kaplun (1999) e Laurati (1999), colocam a Educomunicação como ferramenta chave para reformular os processos de ensino-aprendizagem, através da constante interação entre os interlocutores e da interdiscursividade entre as áreas – comunicação e educação -, ou seja, pela construção plural do conhecimento, de modo heterogêneo e colaborativo.

Apesar da maior área de aplicação das práticas educacionais estar associada à implementação de jornal escolar, rádio comunitária, ou recursos

audiovisuais em sala de aula, não se deve limitar a Educomunicação apenas ao âmbito escolar. Baseado em Gómez (2014), é preciso desmitificar o paradigma de que a produção de conhecimento se baseia apenas no ensino – deste modo, a transmissão e difusão do conhecimento pode ser mediado também pela interlocução com os próprios sujeitos participantes.

O aprender não depende unicamente do ensinar, pois, se aprende de muitas maneiras: pela descoberta, pela tentativa e pelo erro, tanto ou mais do que como resultado de um ensinamento. A escola que se apropriou da hegemonia da educação[...]. É preciso romper esse monopólio e a crença generalizada de que educação só tem a ver com o escolar (GOMÉZ, 2014, p.25)

Observa-se que a educação brasileira vivencia um desinteresse coletivo por parte dos alunos, a transmissão de conhecimento não é mais papel exclusivo do professor devido às novas tecnologias digitais. O grande problema dessa inter-relação é que os professores não capacitados para utilizar as mídias em sala de aula, logo, é preciso repensar essas práticas, criar novas formas de mediação de conhecimento, para que a cultura digital seja um aliado na forma de assimilar essas informações, tendo em vista que o sistema educacional brasileiro precisa ser reconfigurado.

Segundo Soares (2006), tal mediação, permite a transdiscursividade, a construção de um discurso feito através da correlação participativa de seus emissores e receptores. Esta interação pretende estabelecer uma dinâmica constante da construção de um processo de conhecimento. Para ela, o processo é mais importante que o objetivo final; o conhecimento constantemente debatido entre os participantes de uma situação discursiva é mais saudável para a sociedade, em detrimento da busca por respostas engessadas e objetivos previamente definidos.

É neste contexto que os caminhos entre a Educomunicação e a internet – especificamente, a sociedade de redes (GOMÉZ, 2014) – se cruzam. As mídias digitais de massa e, no caso a ser analisado neste projeto, a fanpage Think Olga, possuem uma dinâmica de interação que dialoga implicitamente com os conceitos preconizados pela Educomunicação.

Coparticipação do conhecimento, estímulo ao processo comunicativo sem um objetivo final previamente definido e a transdiscursividade são características presentes nos dois meios. No caso da fanpage, a barra de comentários é uma ferramenta importante para o tema em questão, sendo uma das ferramentas mais importantes para o tema em questão.

A possibilidade de inserir uma opinião direta às publicações expostas na rede permite uma cadeia de interlocuções, até então inexistente nos meios de comunicação de massa, muitas vezes extrapolando os círculos sociais pessoais. Em diversos casos, discussões são alimentadas exponencialmente, com participação ativa de interlocutores de diversos lugares, sem que eles necessariamente tenham um conhecimento prévio uns dos outros. Este cenário é o território ideal para o uso das práticas educomunicativas. Porém, na maioria dos casos, os discursos encontrados na rede social diferem drasticamente daquilo que a educomunicação propõe.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta monografia fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica no decorrer de sua construção. Para desenvolvê-la, algumas etapas foram cumpridas, tais como: identificação do material bibliográfico adequado ao tema; além da leitura e fichamento em formatos digitais e impressos do material selecionado anteriormente, buscando identificar os autores, suas obras e suas ideias principais.

Tendo em vista que o objetivo desta monografia é verificar se a fanpage Think Olga funciona como mediadora e difusora de conteúdo afirmativo de gênero, utilizamos uma pesquisa exploratória para melhor investigar essa hipótese. Além disso, também foi analisado como o Think Olga atua na desconstrução da violência de gênero presente no discurso midiático na perspectiva da Educomunicação.

São desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. (GIL, 2008, p.27)

Este trabalho se caracteriza, ainda, como uma pesquisa qualitativa. De acordo com a definição de Chizotti (2006), esse método abriga linhas de pesquisa baseados em diversos autores. Em resumo, essas correntes fundamentam-se em alguns pressupostos contrários ao modelo experimental. Para Chizotti (2006, p.78) “(...) a abordagem qualitativa afirma que as ciências humanas têm sua especificidade – o estudo do comportamento humano e social – que faz dela ciências específicas, com metodologias próprias”.

O método de procedimento se configura em um estudo de caso da fanpage Think Olga. Já o método de abordagem consiste em análise de conteúdo por entender que a organização utiliza conteúdo informativo para interferir no comportamento social, promovendo uma educação pelas mídias.

O ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem difundida em suas diferentes formas seja ela verbal – oral ou escrita –, gestual, silenciosa ou documental, entretanto, para entender a mensagem é preciso compreender o contexto social de seus produtores

De acordo com Franco (2008), a análise de conteúdo situa-se no intercruzamento entre Psicologia social e Linguística. Essa técnica estuda as palavras com o intuito de desvendar o sentido sobre os quais se debruça. Apesar desses

campos de pesquisa possuem finalidades diferentes enquanto estrutura linguística, a análise de conteúdo carrega consigo um potencial metodológico amplo, pois se apoia numa concepção de ciência que reconhece o papel ativo do sujeito na produção de conhecimento.

Já Wilson Júnior (2008) menciona que a análise de conteúdo é considerada uma técnica híbrida, por permear entre a sistematização dos dados quantitativos e a análise qualitativa de seu objeto por meio de inferências, porém, o direcionamento da análise vai de acordo com a intencionalidade do pesquisador.

A análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens... A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não). (BARDIN, 1977, p.38 apud, FRANCO, 2008, p.24)

A análise de conteúdo fundamenta-se nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem, no entanto, se afasta de uma compreensão formalista acerca dessa metodologia. Logo, é preciso ter o cuidado para não atribuir um valor exagerado à sistematização ou à descrição dos dados na análise para não correr o risco de deixar de lado a hermenêutica¹¹. (FRANCO, 2008)

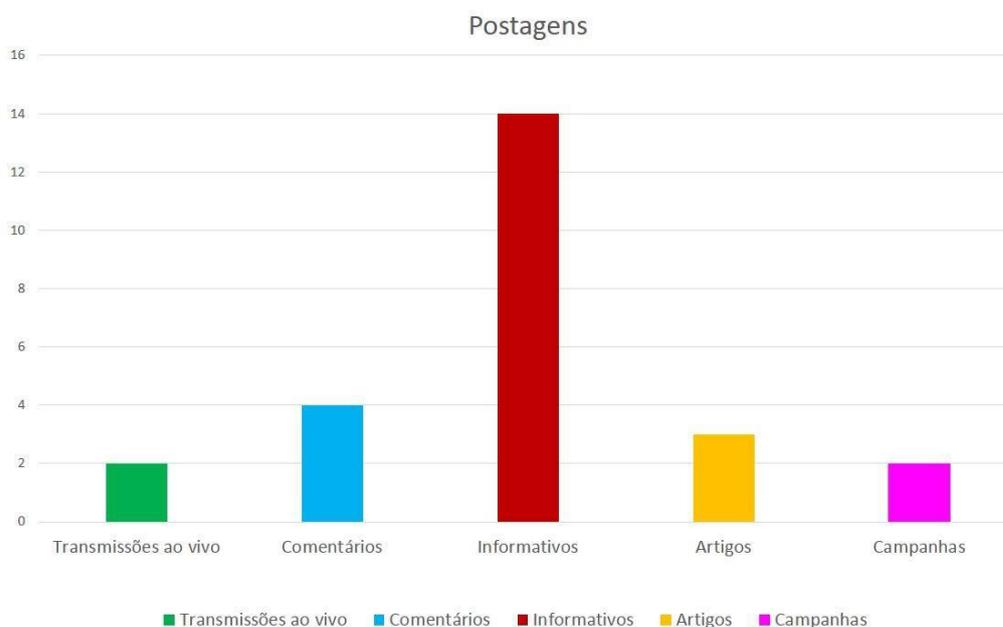
A análise de conteúdo pode ser dividida em três tipos: análise por categorias, análise textual - linguística ou análise de sentido. Iremos descrever brevemente de que se trata o texto, se tem um caráter informativo ou analítico, e verificar a partir de que ótica o texto de comunicação está sendo transmitido.

Para escolher quais publicações seriam analisadas, foi realizado um levantamento das postagens do mês de abril de 2017, com o intuito de compreender quais assuntos eram pautados com maior frequência pela organização, com o objetivo de identificar o formato jornalístico de cada mensagem (comentário, artigo, entrevista ou informativo), para estabelecer um critério de análise, neste caso, e verificar quais postagens dentro da amostra desse mês respondiam ao questionamento feito pelo

¹¹ A hermenêutica tradicional se refere ao estudo da interpretação de textos escritos, especialmente nas áreas de literatura, religião e direito. A hermenêutica moderna ou contemporânea engloba não somente textos escritos, mas também tudo que há no processo interpretativo. Isso inclui formas verbais e não verbais de comunicação, assim como aspectos que afetam a comunicação, como proposições, pressupostos, o significado e a filosofia da linguagem e a semiótica. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Hermen%C3%AAutica>> Acesso em: 29 mai 2017.

objetivo.

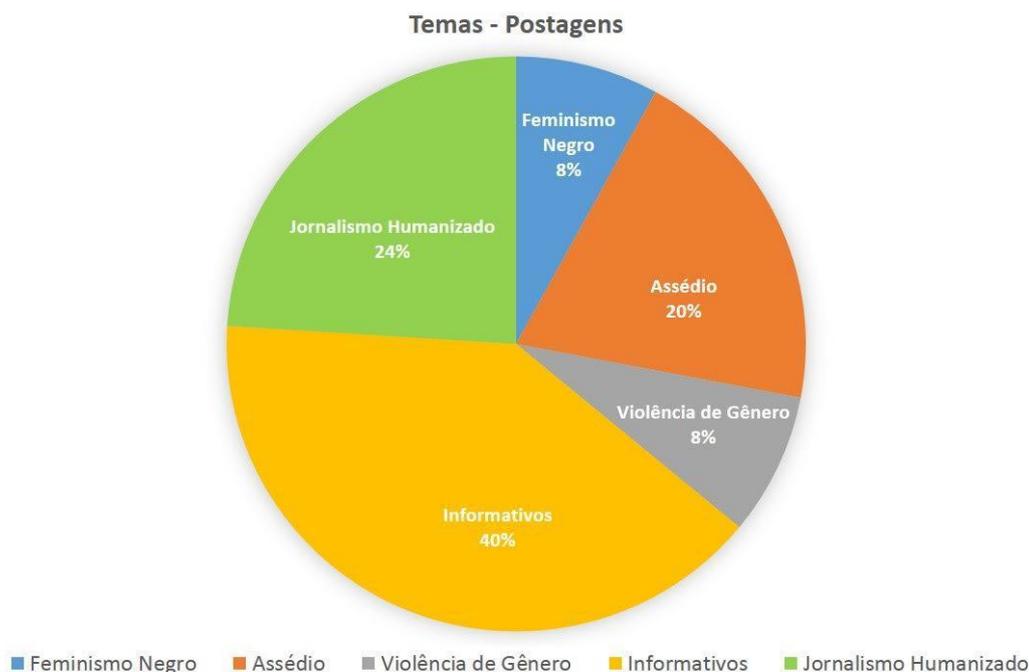
Figura 1 – Tipo de formato jornalístico das postagens



De acordo com Franco (2008), nessa etapa de organização dos documentos e identificação dos assuntos a serem analisados, pode ser aplicada à análise de textos escritos ou de qualquer comunicação seja oral, visual ou gestual. Bardin intitula esse procedimento como leitura flutuante para estruturar a pré - análise, entretanto, a escolha dos documentos, neste caso, o hipertexto¹², depende dos objetivos da investigação mediante a formulação de hipóteses.

Apesar de não ter priorizado a categorização dos dados, criar uma tabela (Apêndice) foi necessário para enxergar o panorama de assuntos abordados no site. Observa-se que o mês de abril discutiu uma variedade de temas interseccionais, como violência de gênero, Dia do Índio, descriminalização do aborto, assédio sexual - tanto no trabalho quanto na rua -, feminismo negro, além de ter apresentado a quarta parte do mini-manual de jornalismo humanizado no Dia do Jornalista.

¹² Hipertexto é o termo que remete a um texto em formato digital, ao qual agrega-se outros conjuntos de informação na forma de bloco de textos, imagens ou sons, cujo acesso se dá através de referências específicas denominadas hiperlinks, ou simplesmente links. Esses links ocorrem na forma de termos destacados no corpo de texto principal, ícones gráficos ou imagens e têm a função de interconectar os diversos conjuntos de informação, oferecendo acesso sob demanda a informações que estendem ou complementam o texto principal. Disponível em:< <http://hipertexto.wikidot.com/o-que-e-hipertexto>> Acesso em: 19 de mai 2017.

Figura 2- Temas abordados pelo Think Olga em abril de 2017

Mediante observação do conteúdo afirmativo presente no Think Olga, foram selecionadas três postagens que atuam como práticas educomunicativas. A primeira esclarece por meio de dados estatísticos 9 verdades e 1 mentira sobre o aborto, promovendo um debate e conscientização acerca do tema livre de pré-conceitos; a segunda se refere a uma crônica, que faz analogia da aprendizagem de uma criança ao processo que leva a mulher ao feminismo; e a terceira analisa como o meio televisivo corrobora para a manutenção da violência de gênero, com o caso Emilly na edição do Big Brother Brasil 2017.

Dessa forma, analisar o sentido em que as três postagens da fanpage Think Olga foram pensadas – e os seus objetivos – foi o critério adotado para essa metodologia, tendo em vista a subjetividade do objeto.

6 ANÁLISES E DISCUSSÕES

6.1 Quem é **OLGA** ?

A organização Think Olga(2014) é um projeto feminista idealizado pela jornalista Juliana de Faria, criado em 30 de abril de 2013 com o objetivo de repensar o feminino, lutar contra os estereótipos e trazer novas narrativas sobre e para a mulher. “É preciso ter coragem para ser mulher nesse mundo. Para viver como uma. Para escrever sobre elas¹³”.

A idealizadora¹⁴ é formada pela PUC-SP, especialista em moda pela Central Saint Martins, em Londres, e trabalhou para diferentes jornais e revistas de visibilidade no Brasil e na Europa, como: Veja São Paulo, MT Performance, Revista Gloss e ELLE Brasil.

Segundo ela, as revistas femininas eram tendenciadas a escrever sobre padrões de beleza, dieta, moda e dicas de sexo. Esse jornalismo feminino abordava a mulher de maneira estereotipada e superficial, fazendo com que a leitora da vida real não se sentisse representada. No entanto, foi a partir dessa insatisfação que a jornalista decidiu criar a Think Olga, com o objetivo de reconstruir o conteúdo feminino que estava sendo transmitido, para que pudesse escrever sobre as mulheres em sua pluralidade.

“Nossa luta é para que as mulheres possam ter mais escolhas. Nunca menos. Bem como garantir que elas façam suas escolhas de maneira informada e consentida, sem que nunca tenham de pedir desculpas por tais decisões” (THINK OLGA, 2014). Essa menção é uma definição que a equipe Think Olga criou sobre o feminismo que define bem a sua essência, basta observar o contexto histórico e as diversas linhas de pensamento explanadas no segundo capítulo desta monografia.

Além de Juliana, existem outras mulheres – jornalistas e publicitárias¹⁵ - que compõem a Olga, entre elas: Luíse Bello, Maíra Liguori, Nana Lima e Mari Cordeiro, além de inúmeras colaboradoras ao site. A equipe produz artigos, entrevistas,

¹³Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=mOiid2tiVeY>> Acesso em: 04 mai 2017

¹⁴ Disponível em:< <https://br.linkedin.com/in/juliana-de-faria-b20b3b34> > Acesso em :29 mai 2017

¹⁵ Disponível em: <<http://www.thinkeva.com.br/readme/>> Acesso em: 7 mai 2017

campanhas publicitárias e ilustrações. Além do Think Olga, existe o site Eva, considerado “uma filha de Olga” que funciona como uma extensão do trabalho realizado pela organização, cujo foco são as campanhas publicitárias.

Em 2013, a organização ganhou expressiva visibilidade na campanha Chega de Fiu Fiu. Esse projeto teve – e tem até hoje – como principal objetivo combater o assédio sexual em espaços públicos e privados, afinal, esse tema precisava ser debatido na sociedade.

De acordo com o site, o Chega de Fiu Fiu surgiu da publicação de ilustrações com mensagens de repúdio a esse tipo de violência. Com o ativismo digital, essas imagens viralizaram nas redes sociais, o que trouxe visibilidade à temática. A jornalista e editora da revista Superinteressante, Karin Hueck, elaborou um estudo online, lançado pelo Think Olga, para averiguar de perto a opinião das mulheres em relação às cantadas de rua. (THINK OLGA,2013)

Observou-se uma identificação das mulheres com a campanha ao observar o alto índice de compartilhamento na internet. Esse engajamento colaborativo refletiu como as situações de assédio sexual em lugares públicos e privados estão presentes em seu cotidiano. Algo precisava ser feito. Desde então, a Think Olga virou referência em jornalismo independente pois visa o empoderamento por meio da informação.

O assédio sexual é uma manifestação sensual ou sexual, alheia à vontade da pessoa a quem se dirige. Ou seja, abordagens grosseiras, ofensas e propostas inadequadas que constrangem, humilham, amedrontam. É essencial que qualquer investida sexual tenha o consentimento da outra parte, o que não acontece quando uma mulher leva uma cantada. (SÃO PAULO, 2014)

De acordo com o estudo online realizado pela Think Olga (2013), em duas semanas, quase 8 mil mulheres participaram. Os dados apresentados sobre assédio sexual em lugares públicos foram preocupantes: 98% delas já haviam sofrido assédio; 83% não achavam legal essa atitude; 90% já trocaram de roupa antes de sair de casa pensando onde iam por causa de assédio; e 81% já haviam deixado de fazer algo – Ir a algum lugar, passar na frente de uma obra, sair a pé – por esse motivo.

Pela repercussão positiva que a pesquisa proporcionou tanto na mídia quanto em redes sociais, a Organização Think Olga resolveu ampliar as discussões para conhecer melhor a problemática do assédio sexual. Deste modo, algumas ações foram desenvolvidas para a campanha, entre elas: o e-book, *Meu corpo não é seu:*

*desvelando a violência contra a mulher*¹⁶; o documentário *Chega de Fiu Fiu*, em processo de finalização; a cartilha sobre assédio¹⁷ em parceria com a defensoria de São Paulo; o Mapa *Chega de Fiu Fiu* – uma plataforma colaborativa que mapeia através de relatos os locais públicos que têm alguma incidência de violência. Estas ações funcionam como práticas educacionais, uma vez que exercem na sociedade um serviço que contribui para a transformação social.

Percebe-se que intervenções desenvolvidas por sites como o Think Olga só são possíveis com a chegada do ciberativismo, pois as novas tecnologias da informação possibilitaram que os movimentos sociais transferissem os questionamentos levantados em esfera pública para espaços mais acessíveis como redes sociais e blogs. (MAGALHÃES, DIEMINGER, BERTOLDO, 2015)

A popularização destas mídias permitiu ao feminismo construir um espaço democrático de diálogo, horizontal e colaborativo que possibilita a troca de experiência entre as mulheres, além de emitir e produzir conteúdo independente mediante o seu potencial comunicativo.

A primeira noção de ciberfeminismo, segundo Souza (2015), foi dada na terceira onda do feminismo, entre as décadas de 1980 e 1990, conceituado como um fenômeno social e político que atua na construção do feminismo na era da web 2.0. Essa plataforma contemporânea é capaz de mobilizar pessoas e servir como ferramenta de intervenção social. Deste modo, Fachine (2016, p.6) explica que:

Com a vivência da quarta onda feminista – que só foi possível após o conceito os conceitos de cibercultura e sociedade em rede – um novo ativismo feminista entrou em cena. O trabalho jornalístico e ativista do Think Olga pode ser definido, portanto, como um movimento de ciberfeminismo

As ações do Think Olga possibilitaram transcender a luta feminista em espaços públicos, elevar o debate sobre e para a mulher coletivamente, e praticar a sororidade¹⁸ em cada mulher que precisa ser conscientizada por meio da informação, a fim de reconstruir o tratamento dado a elas em cada conhecimento adquirido, diálogo e ação política, portanto, suas práticas acaba sendo um produto da cibermilitância

¹⁶ FARIA, Juliana de. Ana entrevista: Juliana de Faria, Think Olga. Entrevistadora: Ana Luiza Gomes. **Ideafixa**, Campo Belo, 14 abr. 2014. Disponível em: <http://www.ideafixa.com/ana-entrevista-juliana-de-faria-think-olga/>. Acesso em: 28 mai. 2017.

¹⁷ Disponível em <<http://thinkolga.com/cartilha/>> Acesso em:29 mai 2017

¹⁸ Sororidade é a união e aliança entre mulheres, baseado na empatia e companheirismo, em busca de alcançar objetivos em comuns. Esse conceito é considerado novo e foi desenvolvido pelo feminismo. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/sororidade/>> 29 mai 2017

6.2 Nove verdades e uma mentira sobre o aborto¹⁹

Figura 3 – Arte da colaboradora Camila Carlow



Fonte: Think Olga

A palavra aborto carrega um estigma antigo, que a transformou em um dos maiores tabus do universo feminino, motivado principalmente por questões moralistas e religiosas, fortes no âmbito sociocultural brasileiro – que tem sua base no sistema patriarcal. Esse, por sua vez, detém o poder de violação e decisão sobre o corpo das mulheres, como uma forma de manutenção de poder. Desse modo, o aborto ainda é tratado de forma reducionista no Brasil.

Em 2016, durante às 24 horas do dia 28 de setembro – Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e no Caribe -, aconteceu uma mobilização nas redes sociais para fomentar o diálogo e compartilhar conteúdo a respeito com a hashtag²⁰ #Precisamosfalarsobreaborto.

Castells (2013, p.98) menciona que esse engajamento coletivo é resultado do desejo de mudanças “Para que uma coisa seja viral online, para que seja mimética, os

¹⁹ THINK OLGA. Nove verdades e uma mentira sobre o aborto, 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/thinkolga/photos/a.289412727860922.1073741826.289405207861674/998422086959979/?type=3&theater>>. Acessado em 29 mai 2017

²⁰ Hashtag é uma palavra-chave antecedida pela cerquilha (#) que as pessoas geralmente utilizam para identificar o tema do conteúdo que estão compartilhando nas Redes Sociais. A adesão delas se tornou popular no Twitter e depois se disseminou para as mais populares mídias sociais da atualidade. Disponível em: <<http://marketingdeconteudo.com/o-que-e-hashtag/>> Acesso em: 21 mai 2017

slogans devem reverberar. [...] Por isso, esse é um movimento pós-mídia”.

Apesar de gerar controvérsias, a intencionalidade da organização Think Olga ficou clara: esclarecer de maneira informativa, direta e leve – já que o formato da publicação surgiu de uma brincadeira que viralizou nas redes sociais. Mediante sua relevância, essa é a terceira postagem com maior índice de interação- comentários-do mês de abril de 2017, no entanto, a motivação para análise foi determinada pelo desdobramento dos comentários na publicação.

Para discorrer com propriedade sobre o aborto, a Think Olga (2017) embasou-se nos dados estatísticos da Pesquisa Nacional do Aborto, desenvolvida pelo Instituto de Bioética (Anis) em parceria com OMS, “1 em cada 5 mulheres até os 40 anos já abortaram no Brasil”.

Observa-se que a fanpage Think Olga evidencia que antes de avaliar o aborto por questões moralistas e religiosas, o Brasil precisa ser maduro o suficiente para encarar a discussão na perspectiva da saúde pública.

Esclarece também que muitas mulheres, principalmente as de baixa renda, se submetem a caminhos perigosos e solitários em suas próprias casas²¹ ou clínicas clandestinas, por não encontrarem um suporte médico e psicológico adequado pelo Sistema Único de Saúde.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2008), estima-se que 47 mil mulheres morrem anualmente de complicações decorrentes do recurso a práticas inseguras para a interrupção da gravidez. No entanto, como menciona a Think Olga (2017), se o procedimento cirúrgico for realizado de maneira adequada, complicações são extremamente raras e o risco de morte, muito pequeno. Além disso, tanto em países desenvolvidos, quanto em países da América Latina (Cuba, Guiana, Porto Rico e Uruguai), que legalizaram o aborto, têm taxas menores de casos do que os que proíbem.

O principal mérito da publicação é explicar qual o cerne da questão, “Muito se fala sobre métodos contraceptivos para evitar uma gravidez indesejada, mas pouco se ensina sobre eles (inclusive sobre o fato de que eles podem falhar), já que falar de sexo em si pode ser um assunto tabu para muitos”. (THINK OLGA, 2017)

De acordo com o texto, a sociedade prioriza culpabilizar a mulher por escolher abortar, entretanto, esquece que o método mais eficaz para evitar uma gravidez

²¹ A través de perigosos métodos abortivos de conhecimento popular.

indesejada é ensinar métodos contraceptivos e orientar, sem hipocrisia, que eles também podem falhar. Alega também que o aborto não deve ser encarado como um método contraceptivo nem banalizado, e sim, menciona que deve ser “uma decisão tomada com muita racionalidade e autoridade da mulher sobre seu próprio corpo”.

Deste modo, comprova-se que o posicionamento do Think Olga é feito com muita responsabilidade, tendo em vista que esse site produz conteúdo independente e visa o empoderamento feminino por meio da informação, logo, caracteriza-se como um formador de opinião.

Portanto, encerra a brincadeira da internet com uma reflexão realista acerca do tema, desconstruindo o mito da maternidade e o direito sobre seu corpo. De acordo com Think Olga (2017) “As mulheres não são incubadoras vivas para passar por todo o procedimento biológico e social de gerar um filho simplesmente para ‘dar para adoção’ ” deixando claro que a descriminalização do aborto não obriga nenhuma mulher a cometer o ato, apenas possibilita mecanismos para que essa escolha seja tomada com muita racionalidade, calma e segurança, livre de julgamentos que possam ferir a sua dignidade.

Disponibiliza, ainda, o hiperlink de uma F.A.Q(perguntas mais frequentes) sobre a descriminalização do aborto, elaborada com a ajuda da pesquisadora Débora Diniz, em decorrência de uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), encaminhada para o Supremo Tribunal Federal que solicita a legalização do aborto de fetos de até 12 semanas, descriminalizando o ato para que não seja cometido clandestinamente.

6.3 O Feminismo é questão de tempo

Figura 4 – Arte da Gaby D Alessandro



Fonte: Think Olga

Apesar das dificuldades enfrentadas diariamente no exercício de um professor, não há nada mais gratificante para um educador de ensino básico do que ver uma criança processando as palavras, errar expressões como “eu sabo”, por deduzir o mesmo raciocínio de palavras similares. Então, como isso se relaciona com o feminismo?

A colaboradora do Think Olga Juliana Romão fez uma analogia ao processo de alfabetização de uma criança com o feminismo, uma vez que a formação das palavras assim como os símbolos, de acordo com Castells (2012), constroem significados, moldam mentalidades e contestam poder.

O aprendizado transforma a percepção do indivíduo sobre o mundo. O texto compara o conhecimento a um “portal mágico” que se abre, entretanto, a consolidação desse aprendizado demanda paciência e tempo, afinal, “o processo é longo e lento, fruto de uma estrada bastante particular de estímulos,

muito esforço, troca e necessidade (de comunicação)”. (ROMÃO, 2017)²²

A sensibilidade da autora é perceptível, pois descreve aos olhos de uma criança toda a insegurança que a junção das letras representa. “O esforço é visível na força do abdome, na concentração absoluta, na quase falta de ar. Aos poucos, com muito treino/estímulo, o processo se consolida”.

Observa-se que o processo de alfabetização é ao mesmo tempo perturbador e fascinante, assim como o conhecimento. Depois de muita perseverança, aquela sopa de letras começa a ganhar sentido, as crianças saem de casa procurando decifrar sílabas, ler outdoors, placas e tudo que forme palavras, porém, nem toda descoberta, nem todo processo de alfabetização tem o devido acompanhamento dos pais, e, assim, cada ser carrega consigo uma história de vida, alguma característica no núcleo familiar que possa ocasionar um ritmo diferente de aprendizado.

Dessa forma, não podemos ignorar o contexto social que o indivíduo foi formado, e, sim, respeitar sua subjetividade. O feminismo é da mesma maneira, nem toda mulher compreende que é preciso ir além do senso comum, e, portanto, não se sentem motivadas a conhecê-lo.

O texto analisado elucida que o feminismo convida à tolerância – principalmente com quem não tem uma visão aprofundada sobre o tema – desde que o indivíduo se disponha a assimilar os ideais livre de pré-conceitos. “Desconstruir referências, uma revisão de conceitos num processo tão dolorido e particular (antes de se perceber também coletivo) ”.

Por isso, a autora compara o feminismo contemporâneo ao movimento social que tomou para si a responsabilidade de desalfabetizar, desconstruir os inúmeros estereótipos disseminados durante séculos a respeito do lugar inferior destinado à mulher. A missão do feminismo é ressignificar esse lugar, alfabetizar por meio de um diálogo constante, ação política e sororidade para que a mudança ocorra, afinal, a tomada de consciência é o primeiro passo para a construção de um novo espaço social, o que caracteriza uma prática educomunicativa.

Bourdieu (1989) explica que o poder se revela nos sistemas ditos simbólicos, a exemplo da linguagem, cultura, arte e a religião. São nessas instituições que

²² Todas as citações diretas desta análise são trechos do texto original. ROMÃO, Juliana. In: THINK OLGA. Feminismo é questão de tempo, 2017. Disponível em <[http://thinkolga.com/2017/04/25/o-feminismo-e-questao->de-tempo/](http://thinkolga.com/2017/04/25/o-feminismo-e-questao-de-tempo/)>. Acesso em 29 mai 2017

identificamos a dominação de um gênero sobre o outro, como cita Romão(2017) “masculinizado, opressor, desigual e extremamente violento com as mulheres e com os grupos igualmente desrespeitados e anulados por sua condição de raça, classe, sexualidade, idade”. Assim, esse poder não se deixa ver tão facilmente, permanece escondido nas entrelinhas do discurso.

Os movimentos sociais organizados na internet possibilitaram a segurança que faltava ao feminismo, pois, aprofundaram suas lutas e anseios coletivamente, para promover a transformação social por meio do empoderamento.

“O que resta da nossa paciência histórica deve ser direcionado a esta solidariedade, empoderamento mútuo e valorização da pessoa, criando as condições para a individual e intransferível busca pelo conhecimento”. A história do feminismo no mundo e no Brasil já nos mostra o quanto a conquista de direitos mais elementares se tornou exaustiva, demandando um tempo considerável para cada avanço.

A carência por ações para garantir um local de equidade de direitos das mulheres na sociedade demonstra necessidade de avanços na discussão. É preciso emancipá-las em cargos políticos, administrativos e outras áreas com predominância masculina. Uma das formas de levá-las a esses patamares é o estímulo na educação, onde elas conseguiriam compreender que podem almejar mais espaços na sociedade. O feminismo liberal alega a importância do monitoramento e garantia de oportunidades iguais perante a legislação e outros meios democráticos. Deste modo, se entende que a ideia de inferioridade feminina é uma condição que deveria ter sido sanada no século XIX.

Com o pertencimento a esses espaços, as mulheres poderiam desenvolver políticas públicas mais eficientes, uma vez que estão no papel de oprimido e, portanto, detém a vivência das diversas formas que a violência de gênero se apresenta, tornando-as mais capacitadas para ocupar cargos que demandam maior responsabilidade com outras mulheres.

Lutar todos os dias, em cada momento individual e coletivo por uma democracia feminista, que se propõe a quebrar o paradigma da dominação masculina e seu apetite insaciável pelo poder, para incluir, dialogar e construir coletivamente (construir com) uma estrutura social mais justa, democrática e constitucional. (ROMÃO, 2017)

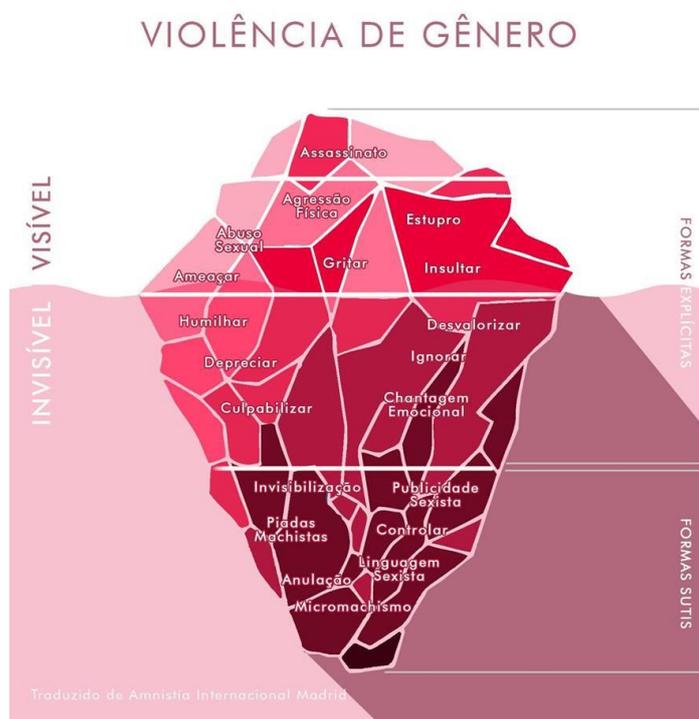
O Think Olga desenvolve uma mediação de conteúdo afirmativo mais transformadora que a legislação vigente, já que organiza espaços democráticos e

possibilita a construção coletiva de pautas com o objetivo de conscientizar sobre a realidade feminina, assim como a Educomunicação.

O discernimento e vontade para mudar a realidade na qual a mulher está submetida, pode ser uma experiência frustrante e dolorosa. O conhecimento liberta, contudo, quando atingido, não há mais espaço para a ignorância, aprisionando o sujeito naquela nova realidade.

Assim como alfabetizar uma criança, o feminismo é questão de tempo. Para que o aprendizado flua, é necessária a empatia de que nem toda criança aprende da mesma maneira, assim como mulheres em relação ao movimento. Uma mulher negra não tem as mesmas experiências e oportunidades que uma mulher branca. Apesar de ambas viverem em uma sociedade sexista e sofrerem violência de gênero, uma mulher negra ainda sofre racismo, e ambas podem vivenciar outros tipos de opressões. “Quanto mais dura a vida, mais cedo a tapa na cara abre os olhos. Outras estão juntando as letras, ou já leem com fluência, cada uma a seu tempo”.

Em sua analogia, Juliana Romão, encerra a crônica explicando que não existe um melhor caminho para o feminismo “Há um borbulhar de forças genuínas, e por isso mesmo até difusas, em busca de uma sociedade verdadeiramente democrática. E vamos a ela por mar, por terra, e pelo ar. O feminismo é a revolução”. Portanto, o feminismo se tornou uma necessidade mediante o contexto atual, dessa forma, praticar a sororidade e empatia em cada mulher que esteja em seu processo de desalfabetização deve ser a essência do feminismo.

6.4 Violência de gênero: Caso Emilly BBB2017²³**Figura 5** – Diagrama da Violência de gênero

Fonte: Think Olga

A televisão brasileira enquanto produto midiático funciona como cenário para reprodução de discursos abusivos contra diversas minorias sociais. O reality show Big Brother Brasil explora características individuais a partir de estereótipos para garantir audiência.

O texto analisado aborda o Caso Emilly na última edição 2017 do Big Brother Brasil. Nessa situação, a participante Emilly sofreu violência moral, verbal e psicológica. No entanto, o último acontecimento que envolveu o casal – Marcos Hater e Emilly Araújo – chamou atenção do público pela gravidade da discussão.

Devido às queixas informais sobre dor no pulso, foi instaurado um inquérito para avaliar se houve lesão corporal na participante; a produção do reality show reuniu especialistas – advogados, médicos, perito, psicólogos e a delegada titular de atendimento à mulher para averiguar o caso de violência, e só então a maior emissora

²³ THINK OLGA. Violência de gênero: Caso Emily BBB2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/thinkolga/photos/a.289412727860922.1073741826.289405207861674/988469961288525/?type=3&theater>>

do país optou por eliminar o participante Marcus Hater da competição.

Mesmo se tratando de uma representação social, sabe-se que a mídia interfere na formação de jovens e na opinião pública, portanto é necessário que os meios de comunicação tenham o cuidado com as informações que veiculam, uma vez que, esses meios corroboram para validar em diversos aspectos a violência de gênero que em muitos casos romantizam o ato.

O texto aproveita o mote deste caso para apresentar o infográfico da Amnistia Internacional Madrid, que mostra uma infinidade de tipos de violência que vão desde uma piada machista a casos extremos como feminicídio – consequência de um relacionamento abusivo. Bourdieu (2002) intitula como violência simbólica essa violação à integridade da vítima, o que o gráfico chama de violência invisível – uma forma de violência silenciosa exercida pelo corpo sem contato físico, que pode causar danos morais e psicológicos à vítima.

Antes do ápice da agressão, durante sua trajetória no programa, Marcos já construía uma relação de dominação masculina ao reprimi-la, por Emily não corresponder às expectativas de amadurecimento que ele possuía; além disso, insinuava uma superioridade intelectual em relação a ela, relatando que a ausência de um curso superior comprometia a sua inteligência, uma vez que ela possuía dificuldade de expressar-se em alguns momentos, e desconhecia alguns conceitos questionados por ele. Apesar deste caso configurar nitidamente uma violência contra a mulher, percebe-se que o problema não ficou tão claro para Emily, o que qualifica também um caso de culpabilização da vítima.

Na ocasião, houve quem apoiasse Marcos, contudo, as mobilizações sociais – que hoje são possíveis devido ao ciberativismo – levantaram a voz de um grande número de usuários em apoio à Emily, mediante as ações do seu então companheiro.

Em 2012, aconteceu um caso semelhante com o participante Daniel, que foi eliminado da casa do BBB por suspeita de estupro. No entanto, o reality show não emitiu um pronunciamento oficial sobre o motivo da expulsão perante os jogadores que permaneceram na casa, deixando que a culpa recaísse sobre a mulher envolvida, o que caracteriza, portanto, mais um caso de culpabilização da vítima. Observa-se que houve uma significativa pressão social no caso Emily, visto que a mobilização nas redes alcançou uma mudança de postura da emissora Globo – que possui um histórico de conservadorismo.

Dessa vez o programa teve com Emilly uma atitude que não teve com Monique no passado, tornando pública a visita da Delegacia da Mulher aos estúdios para interrogação e fazendo um pronunciamento oficial. Porém, ainda considera “supostas” as agressões que foram registradas por câmeras e, aparentemente, não pensa em medidas mais rigorosas para proteger mulheres na casa em outras edições que possam acontecer. (THINK OLGA,2017)

Emilly acabou tornando-se mais um exemplo, que apesar de ser um personagem de programa televisivo, acima de tudo é uma mulher. Deste modo, espera-se conscientizar mais mulheres sobre a violência de gênero que sofrem, mesmo que a sociedade machista venha justificar o comportamento do agressor mediante alguma característica da vítima, agressão é agressão. Falar de feminismo para uma dona de casa talvez seja muito difícil, uma vez que a televisão tem forte influência na construção cultural do Brasil que, de acordo com Gómez (2014, p.35) “A televisão é, assim, uma fonte de informação e de programação que busca atrair o telespectador, manter sua atenção, gratificá-lo”.

Mesmo que essa mídia colabore para a manutenção da violência de gênero porque reproduz um discurso dominante carregado de opressão, uma mulher que sofre violência doméstica, ao assistir o desdobramento deste caso no Big Brother Brasil, é induzida a uma reflexão perante seu relacionamento com o cônjuge.

Portanto, mesmo que a Think Olga não tenha a dimensão midiática que uma audiência de TV, cumpre seu papel de empoderar mulheres por meio da informação, desconstruindo em cada ação o discurso midiático, para que relacionamentos abusivos sejam cada vez mais identificados e coibidos pela sociedade de forma lúcida e natural, independentemente de ser televisionado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi preciso relacionar o feminismo com violência de gênero para entender como as ações do movimento feminista contribuem para coibir tal violência presente nas diversas instancias sociais, através da visibilidade dessa luta no campo jurídico. E trazer à tona conceitos como Cibercultura, movimentos sociais na internet e Educomunicação para compreender como os coletivos de resistência se organizam em busca da transformação social.

Observamos que a Think Olga enquanto mediadora e difusora de conteúdo cumpriu o papel de educação pelas mídias, pois elabora conteúdos que estimulam a cidadania, formando sujeitos mais críticos e participativos, um exemplo disso, foi a produção do minimanual de jornalismo humanizado \que reúne dicas para jornalistas e veículos que desejam construir uma comunicação livre de preconceitos.

Além disso, monitora fatos pautados na mídia, como o caso Emily BBB17, logo, a organização feminista pode ser considerada sujeito - audiência como denomina Gómez (2014), pois além de ser produtora de conteúdo independente, visa desconstruir e ressignificar a conduta do discurso midiático que muitas vezes, deslegitimam a atuação do movimento feminista em esfera pública. Portanto, estabelecer a relação entre meios e audiências é o que incentiva a Educomunicação.

No texto feminismo é questão de tempo identificamos que a crônica assim como a Educomunicação relaciona dois campos de conhecimento ao comparar o processo de aprendizagem de uma criança a concepção de um novo feminismo. Assim, para compreender o sentido do texto foi preciso avaliar como a construção de ideias dialogou com o objeto. No entanto, a analogia foi tão envolvente que tive de me policiar para não me transformar em sujeito participante da análise.

A repercussão do texto nove verdades e uma mentira sobre o aborto me fez perceber o poder viralizante e difusor de conhecimento que esta página permite. Por se tratar de um assunto polêmico, a princípio, tive resistência em escolher essa postagem, não por razões moralistas ou religiosas e sim por não saber lidar com a temática, entretanto, como a postagem foi apresentada sobre uma perspectiva madura, me fez refletir que se a comunicação for empregada de maneira construtiva, acaba sendo uma informação enriquecedora. Além disso, as estatísticas apresentadas serviram para respaldar o posicionamento do site, em tratar a interrupção da gravidez como uma questão de saúde pública, tendo em vista os dados

alarmantes, o que comprova a credibilidade e o cunho social que o coletivo feminista agrega.

Um fato interessante que ocorreu durante a análise é que uma senhora se manifestou nos comentários e, interpretou a postagem como um incentivo ao aborto, argumentando baseado em princípios religiosos. No entanto, muitas mulheres começaram a tentar desconstruir o posicionamento da mesma. Observou-se que a senhora não estava disposta em ouvir opiniões divergentes, mas o diálogo e argumentos entre as envolvidas continuou construtivo.

Uma hipótese que tinha desenvolvido no pré-projeto foi que imaginava encontrar violência simbólica nos comentários da página, e que o coletivo feminista utilizava de mediação para desconstruir estereótipos, dialogar com os que tinham essa conduta na fanpage, como pude observar em outras páginas, *Não me Kahlo e blogueiras feministas*, no entanto, estes sites deixavam a discussão fluir sem se preocupar com a qualidade do debate.

Percebi que um diálogo mais atuante no Think Olga aconteceu em períodos mais sazonais, mediante a acontecimentos midiáticos, como o Impeachment de Dilma (Apêndice A). Observei também que, em 2017, aconteceu bem menos mediação do site nos comentários, porém, o coletivo não deixa de esclarecer seu posicionamento quando julgam que a natureza é pertinente, como a postagem de terrorismo misógino (Apêndice A) - relata o caso da chacina de uma família que aconteceu na virada do ano para 2017, em São Paulo, o responsável era ex-marido de uma das vítimas.

Um ponto frustrante na minha pesquisa foi que a empresa adotou uma política em relação a trabalhos acadêmicos entre o final de 2016 e início de 2017. Na primeira vez que tentei contato responderam que ficavam feliz com a minha pesquisa, no entanto, ainda não tinha o amadurecimento teórico para questionar sobre o modo que se organizam na construção de conteúdo do Think Olga.

Posteriormente, entrei em contato pela fanpage para tentar confirmar informações elementares, mas não me responderam. Então achei esse posicionamento no site oficial:

Pedidos de entrevista para TCCs, teses de mestrado, jornais de cursos de comunicação e outros projetos acadêmicos. Sempre ficamos honradas de saber que a Olga foi escolhida como fonte de estudo para uma pesquisa de gênero. Mas, infelizmente, não poderemos ajudar com entrevista ou fornecendo conteúdo para além do que já disponibilizamos em nosso site e redes sociais. Como somos uma ONG em crescimento, com uma equipe pequena, não temos tempo hábil para atender a todos os pedidos que chegam diariamente com a atenção que merecem, sendo assim, tivemos que adotar a política de não atender a pedidos acadêmicos, para que nenhum estudante acabe sendo favorecido. (THINK OLGA, 2017)²⁴

Apesar da equipe Olga ser formada por jornalistas e publicitárias, acredito que não tenham consciência que a Educomunicação pode ser vinculada a atuação do coletivo feminista, entretanto, essa prática é inerente, pois direcionam suas pautas a fim de intervir socialmente na construção da cidadania por meio de um jornalismo humanizado e democrático. Assim, a Educomunicação funciona como uma ferramenta que intercruza saberes para a construção desse novo discurso - o processo, e não seu produto final. Conclui-se também que tanto o Educomunicador quanto o ator social atuam na construção de uma outra forma de convivência social, cada um em seu campo de conhecimento, promovendo a interlocução ou a conversa entre os que utilizam desses saberes.

²⁴ THINK OLGA. Sobre. 2017. Disponível em: <<http://thinkolga.com/a-olga/>> Acesso em: 29 mai 2017

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marlise Míriam de Matos. Simone de Beauvoir: uma luz em nosso caminho. **Cadernos Pagu**. v. 12, 1999, p. 145-156.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES E PROFISSIONAIS EM EDUCOMUNICAÇÃO. Educomunicação, o conceito. Disponível em:< <http://www.abpeducom.org.br/p/educucomunicacao-o-conceito.html> > Acesso em 21 jun 2017.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Uma história do feminismo no Brasil. (resenha) In: **Revista de Ciências Sociais**. v. 34, n. 1. p. 135 - 138. 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:<<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10641516/artigo-5-da-constituicao-federal-de-1988>> Acesso em: 06 nov 2016.
- CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet** Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade. Tradução: Rita Espanha. Lisboa: Serviço de Educação e Bolsas Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: Movimentos sociais na era da internet. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CHAMPANGNATTE, Dostoiewski Mariatt de Oliveira; CAVALCANTI, Marcus Alexandre de Pádua. Cibercultura – perspectivas conceituais, abordagens alternativas de comunicação e movimentos sociais. **Rev. Estud. Comun. Curitiba**, v. 16, n. 41, p. 312-326, set. /dez. 2015.
- CHIZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e Gênero: Novas propostas, velhos dilemas. **Revista brasileira de ciências sociais**. v. 23 n. 66, 2008
- FECHINE, Ana Daniella Leite. CHEGA DE FIU FIU E #MEUPRIMEIROASSÉDIO: O ESPAÇO DA RUA AMPLIADO ÀS ONDAS VIRTUAIS. In: XII Colóquio Nacional, Representações de Gênero e Sexualidades, 2016, Campina Grande. **Anais XII CONAGES**, 2016. v. 1
- FONSECA JÚNIOR. Wilson Corrêa da. Análise do Contéudo. In: Antonio Barros e Jorge Duarte (Org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2003.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Traduzido: Ronaldo Cataldo Costa; Revisado e atualizado: Philippe W. Sutton. 6ªed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓMEZ, Orozco Guilherme. **Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania**. Tradução: Paulo F. Valério. São Paulo: Paulinas, 2014.

HAWAWAY, Donna. "**Gênero**" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. "Gender" for a Marxist Dictionary: the Sexual Politics of a Word. In: Simians, Cyborgs, and Women. The Reinvention of Nature. Londres, Free Association Books Ltd., 1991, c. 7, p. 127-148. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>> Acesso em: 5 nov 2016.

KAPLÚN, Mário. Processos educativos e canais de comunicação. **Comunicação & Educação**, v. 14, p. 68-75, jan./abr. 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view/4417/4139>> Acesso em: 8.nov .2016

LAURITI, Nádia C. **Comunicação e educação: território de interdiscursividade**. São Paulo: NCE/USP, 1999. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arg/textos/142.pdf>>. Acesso em: 5 nov 2016.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2.ed. 6ª reimpressão- São Paulo: Editora 34, 1999.

LEMOS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LEMOS, André. Cibercultura como território recombinante. In: MARTINS, Camila Duprat; CASTRO E SILVA, Daniela; MOTTA, Renata (org). **Territórios recombinantes: arte e tecnologia - debates e laboratórios**, São Paulo, Instituto Sérgio Motta, 2007b, p. 35-48. Disponível em: < <https://edumidiascomunidadesurda.files.wordpress.com/2016/05/andrc3a9-lemos-cibercultura-como-territc3b3rio-recombinante.pdf>> Acesso em: 02 jun 2017

MAGALHÃES, B.; DIEMINGER, C.; BERTOLDO, J. **Chega de Fiu Fiu: ciberfeminismo contra o assédio sexual**. Santa Maria: Rede Ciiddi, 2015.

MATOS, Marise. Movimento e teoria feminista: É possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul Global? **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/06>> Acesso em: 08.Nov.2016

MAYORGA, Claudia. Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária. **Revista de Pensamiento e Investigación Social**, Barcelona, v. 14, n. 1, p.221-236, mar. 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org:9081/articulo.oa?id=53730481010>> Acesso em 6 nov 2016.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro**: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Organização Mundial da Saúde. **Prevenção de aborto perigoso** Disponível em:<<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs388/es/>>. Acessado em 29 mai 2017

OTTO, Clarícia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 237-253, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200015/7904>>. Acessado em: 25 mai 2017

USP (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO). Núcleo de Comunicação e Educação. **História**. [2001]. Disponível em:<<http://www.usp.br/nce/onucleo/>> 29 mai 2017.

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p.15-23, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>> Acesso em 4 nov 2016.

_____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA; SZWAKO. **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

RODRIGUES, Carla. Erguer, acumular, quebrar, varrer, erguer... **Revista Serrote**. n. 24. 2017. Disponível em: <<http://www.revistaserrote.com.br/2017/01/erguer-acumular-quebrar-varrer-erguer-por-carla-rodriques/>> Acesso em: 15 maio 2017.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. – São Paulo: Paullus, 2003.

SANTOS, Jonathas. Educomunicação: Uma inter-relação entre Educação e Comunicação. Humanidades **Revista Letrando**, v.2 julho/dez. 2012

SÃO PAULO. Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. **Vamos falar sobre**: assédio sexual. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/41/FolderAssedio.pdf>> Acesso em 6 nov 2016.

SILVEIRA, R.M.G. Diversidade de Gênero: Mulheres. *In*: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves. (Org.). Direitos Humanos - Capacitação de Educadores. **Fundamentos Culturais e Educacionais da Educação em Direitos Humanos**. 1ªed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008, v. 2, p. 41-55

SOARES, Donizete. **Educomunicação – O que é isto?** Instituto de Educação e Cultura. São Paulo: Gens, 2006.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 12-24.2000. Disponível em: <<http://revistaletrando.com/revista/volume2/11.Jonathas.pdf>> Acesso em: 5 nov 2016.

SOUZA, Vanessa. **Chega de Fiu Fiu**: O papel do Ciberfeminismo na construção feminismo na era da Web 2.0. Bauru, SP,2015. Paulo, v. 5, n. 14, p. 68-75, jan./abr. 1999. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126668/000844976.pdf?sequenc e=1>> Acesso em: 8. Nov.2016

THINK OLGA, **Chega de Fiu Fiu**. Disponível em:<<http://thinkolga.com/chega-de-fiu-fiu/>> Acesso em: 29 mai 2017.

THINK OLGA. **A Olga**. Disponível em:< <http://thinkolga.com/a-olga/>> Acesso em: 29 mai 2017

ROMÃO, Juliana. *In*: THINK OLGA. O feminismo é questão de tempo,2017. Disponível em:<<http://thinkolga.com/2017/04/25/o-feminismo-e-questao-de-tempo/>>. Acesso em 29 mai 2017

THINK OLGA. 9 verdades e 1 mentira sobre o aborto, 2017. Disponível em :<<https://www.facebook.com/thinkolga/photos/a.289412727860922.1073741826.289405207861674/998422086959979/?type=3&theater>> Acesso em: 29 mai 2017

THINK OLGA. Relacionamento abusivo e televisionado. Disponível em:< <https://www.facebook.com/thinkolga/photos/a.289412727860922.1073741826.289405207861674/988469961288525/?type=3&theater>>

ANEXOS

Anexo A – Textos originais

6.2 9 verdades e 1 mentira sobre o aborto

Resolvemos participar do viral que está tomando a internet, mas para falar de coisa séria: você consegue descobrir as 9.

1. Segundo a Pesquisa Nacional do Aborto, desenvolvida pela Anis – Instituto de Bioética, 1 em cada 5 mulheres até os 40 anos já abortaram no Brasil. Um número subestimado em um contexto de criminalização, que dá motivos para mulheres mentir e omitir suas experiências individuais, mas que demonstra que o aborto acontece no país e que mulheres comuns o fazem.
2. As mulheres pobres são as maiores vítimas do aborto ilegal, pois, por falta de recursos, acabam realizando o procedimento em clínicas clandestinas ainda menos seguras que as mulheres ricas.
3. Embora ainda seja considerado tabu por causa de questões religiosas, devemos lutar para que o aborto seja visto como questão de saúde pública em um estado laico.
4. O aborto só é arriscado para as mulheres se feito de maneira clandestina, como acontece no Brasil. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), complicações são extremamente raras e o risco de morte, muito pequeno.
5. Mas isso não significa que o aborto seja um método contraceptivo, mas sim uma decisão tomada com muita racionalidade e autoridade da mulher sobre seu próprio corpo.
6. Muito se fala sobre métodos contraceptivos para evitar uma gravidez indesejada, mas pouco se ensina sobre eles (inclusive sobre o fato de que eles podem falhar), já que falar de sexo em si pode ser um assunto tabu para muitos.
7. Seguindo sentidos sociais e penais, aborto e infanticídio são duas coisas diferentes: Aborto é a interrupção de uma gestação, infanticídio é o homicídio de uma criança.
8. Segundo a OMS, países que legalizaram o aborto têm taxas menores de casos do que os que proíbem.
9. As mulheres não são incubadoras vivas para passar por todo o procedimento biológico e social de gerar um filho simplesmente para “dar para adoção”.
10. Caso o aborto seja legalizado, as mulheres serão obrigadas a abortar.

Diante dessa lista, feita com base na nossa FAQ sobre aborto, desenvolvida em parceria com o **Anis - Instituto de Bioética** (<http://bit.ly/FAQ-Aborto>), fica fácil perceber que a mentira é a número 10. Ao contrário do que se acredita socialmente, as mulheres não serão obrigadas a fazer um aborto caso o procedimento seja descriminalizado no país, mas aquelas que escolherem fazê-lo, terão segurança e dignidade.

No mês passado, o PSOL, em parceria com Anis – Instituto de Bioética, levou ao Supremo uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), que pede que se torne legal o aborto de fetos de até 12 semanas, descriminalizando o ato para que não mais aconteça clandestinamente (saiba mais: <http://bit.ly/2IDZQBZ>). Diante de um passo tão grande para a descriminalização do aborto no país, não há mais tempo para falácias e tabus em torno do assunto, somente verdades.

Imagem original: Camila Carlow.

6.3 Feminismo é questão de tempo

O processo de alfabetização de uma criança é tão fascinante quanto intrigante. As letras passam de símbolos indecifráveis a sílabas, palavras, frases, até a condição de expressão do eu. Um mundo completamente novo e imenso que nasce a partir do ritmo, som, formato e efeito vindos da interação e significação das letras e delas com o entorno, com a realidade. Chega a parecer um portal mágico, mas a verdade é que o processo é longo e lento, fruto de uma estrada bastante particular de estímulos, muito esforço, troca e necessidade (de comunicação).

– B com A?

– BA, responde a criança, certa.

– B com E?

– DO? arrisca, insegura.

A resposta soa absurda a uma pessoa alfabetizada, íntima da lógica do letramento e das conexões necessárias para estar nele. Como pode? Mas o fato é que o domínio de uma linguagem ou conhecimento novo é sempre um processo difícil e desafiador. A primeira palavra lida por uma criança é tão-somente a soma das letras, e mesmo assim, um sacrifício similar ao de subir 50 lances de escada. O esforço é visível na força do abdome, na concentração absoluta, na quase falta de ar. Aos poucos, com muito treino/estímulo, o processo se consolida. As letras passam a fazer sentido – um

sentido funcional, social e estético – e a descoberta da possibilidade de ler a vida e dialogar com o mundo trazem autonomia e auto-estima irreversíveis. A chave gira e nada é como antes.

O feminismo também é assim, parece uma ficha que cai, um portal mágico que se abre, uma cirurgia de catarata bem-sucedida. A avassaladora transformação que ele efetiva, no entanto, é gradual e anti-horária. Sempre contra o curso do rio. É um desconstruir de referências, uma revisão de conceitos num processo tão dolorido e particular (antes de se perceber também coletivo) que beira a desalfabetização para uma outra alfabetização do mundo – que não é novo, mas que pela nova e lenta tomada de consciência, se descortina. E aparece como realmente é – masculinizado, opressor, desigual e extremamente violento com as mulheres e com os grupos igualmente desrespeitados e anulados por sua condição de raça, classe, sexualidade, idade.

A bolha estoura e o choque de realidade escancara o histórico e continuado processo de desqualificação e desfiguração da persona da mulher e de sua presença na sociedade, uma presença ora útil – quando mantida na caixa pré-formatada que lhe foi determinada, ora perigosa e incômoda, ao primeiro sinal de ‘subversão’. A explosão da bolha, tal qual a consciência da leitura, novamente é irreversível. Não há caminho de volta.

O feminismo é quase como a troca de pele da cobra, se ela não fosse involuntária. Perceber o ‘novo’ mundo dentro do mesmo mundo demanda maturidade, esforço e coragem para assistir um filme de terror retratando a própria realidade. Ter a consciência dói e exige atitudes. Sair do lugar e buscar incessantemente a transformação do modelo de tudo o que é modelo. Lutar todos os dias, em cada momento individual e coletivo por uma democracia feminista, que se propõe a quebrar o paradigma da dominação masculina e seu apetite insaciável pelo poder, para incluir, dialogar e construir coletivamente (construir com) uma estrutura social mais justa, democrática e constitucional. Sim, está tudo lá, nossa Constituição é linda. Mas a consciência nos exige mais do que a ação. Ela demanda perdão ao nosso próprio retrovisor e sororidade efetiva a cada mulher – cada pessoa – em seu estágio de desalfabetização. É preciso estar perto para contribuir com o processo, abrir diálogo, sempre com respeito ao tamanho de cada perna e de cada passo.

O que resta da nossa paciência histórica deve ser direcionado a esta solidariedade, empoderamento mútuo e valorização da pessoa, criando as condições para a

individual e intransferível busca pelo conhecimento – inicialmente de dentro para fora e depois em ambos os fluxos. E a cada descoberta cresce a luta pelos direitos sociais negados, inexistentes ou corrompidos. O feminismo torna-se uma necessidade – e todas as mulheres serão feministas, é apenas uma questão de tempo.

Algumas entenderam ainda crianças – quanto mais dura a vida, mais cedo a tapa na cara abre os olhos. Outras estão juntando as letras, ou já lêem com fluência, cada uma a seu tempo. E, como processo, o feminismo não se encerra no letramento, ele se amplia, se discute, se fortalece. Não existe mais/menos feminista, nem há exatamente uma ‘linha de chegada’, muito menos um caminho único na estrada. Há um borbulhar de forças genuínas, e por isso mesmo até difusas, em busca de uma sociedade verdadeiramente democrática. E vamos a ela por mar, por terra, e pelo ar. O feminismo é a revolução.

***Juliana Romão** é jornalista, mestra em comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), professora de Jornalismo na Uninassau (PE) e repórter da revista de educação Pátio. Pesquisa a perspectiva de gênero presente no discurso jornalístico.*

Arte: Gaby D’Alessandro.

6.4 Violência de gênero – Caso Emily BBB17

É de se esperar que, em um reality show como o Big Brother Brasil (**BBB**), um caso de violência de gênero em relacionamento abusivo não passe despercebido. E na edição 2017, não passou. A audiência percebeu muitas agressões sofridas pela participante Emilly Araújo por parte de Marcos Harter, e fez pressão para que a Rede Globo acionasse a Delegacia da Mulher. Depois de apurar as imagens das câmeras, a polícia decidiu por expulsar Marcos da competição para continuar a investigação.

Mas, embora todas as intimidações, os gritos, as marcas roxas pelo corpo e tudo mais que ela sofreu possam claramente categorizar violência para muitos, o problema não ficou tão claro para Emilly, ativando mais uma violência sofrida: a culpabilização da vítima.

Este infográfico, que traduzimos da Amnistia Internacional Madrid (<http://bit.ly/2oyZi0P>), demonstra que muitas agressões são invisíveis para a vítima - e até mesmo para pessoas que acompanham o relacionamento de fora. Caso contrário, não haveria uma parcela de telespectadores se pronunciando contra a

expulsão de Marcos, argumentando que não houve crime, que as intimidações eram “normais” ou “parte do romance”.

Sendo o #BBB17 um programa que torna, de repente, pessoas anônimas em populares no horário nobre da maior emissora do país, Marcos poderia se encaixar facilmente no perfil de um homem inconformado com o fim de um relacionamento (<http://bit.ly/2p5CpT6>) e que usa seu status e influência adquiridos com a fama para sair impune das acusações (<http://bit.ly/2mxwcOZ>).

Mas a máxima #MexeuComUmaMexeuComTodas faz a diferença quando se observa a pressão exercida no reality. Afinal, se a percepção do problema é difícil até para a vítima, a luta por justiça é ainda mais nebulosa. O caso de Emilly foi discutido abertamente por ter sido televisionado - quantos são os casos de violência que passam invisíveis e silenciosos por mulheres em todo o Brasil? Quantos deles saem impunes?

Da suspeita de estupro na edição de 2012, que resultou na expulsão do ex-participante Daniel (<https://glo.bo/2o6hmfx>), para a expulsão de Marcos na edição que está no ar atualmente, a discussão avançou. Dessa vez o programa teve com Emilly uma atitude que não teve com Monique no passado, tornando pública a visita da Delegacia da Mulher aos estúdios para interrogação e fazendo um pronunciamento oficial. Porém, ainda considera “supostas” as agressões que foram registradas por câmeras e, aparentemente, não pensa em medidas mais rigorosas para proteger mulheres na casa em outras edições que possam acontecer.

Por isso é tão importante que Emilly tenha podido contar com um público que meteu a colher no que poderia passar como “brigas de casal”, impedindo que os abusos chegassem à ponta do iceberg. Contou também com o apoio da participante Vivian Amorim, que de forma madura e sensata, está ajudando Emilly a visualizar os abusos que ficavam escondidos debaixo d'água. “Não precisa ter intenção de machucar, agressão é agressão”, explicou ela no programa.

E, quando sair do confinamento, poderá ver os tantos relatos nas hashtags #EuViviUmRelacionamentoAbusivo e #MasEleNuncaMeBateu, levantadas em apoio a ela e justamente para mostrar para quem ainda tem dúvida que também existe violência psicológica, e que, em outras casas, bem menos vigiadas, outras mulheres também podem estar precisando de ajuda.

Não somos desesperançosas quanto à punição para agressores. Já até apontamos alguns momentos importantes e simbólicos para estas mudanças (<http://bit.ly/2f78J4s>). Contudo, a necessidade de insistência e de combater a relativização das violências não nos deixa iludir ou simplesmente esperar por mudanças. Cobraremos atitudes de instituições e da justiça até que não seja necessário cobrar. Até que não seja necessário que uma mulher sofra publicamente em nome da conscientização coletiva.

APÊNDICES

Apêndice A

Figura 6 – Comentários sobre o Impeachment de Dilma²⁵ na fanpage Think Olga



Fonte: Think Olga

²⁵ THIINK OLGA. Impeachment de Dilma. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/thinkolga/photos/a.289412727860922.1073741826.289405207861674/837594333042756/?type=3&theater>> Acesso em: 30 mai 2017

Figura 7 – Comentários sobre a chacina ²⁶na festa de fim de ano em São Paulo



Fonte: Think Olga

²⁶ THINK OLGA. Terrorismo misógino, 2017. Disponível em :

<<https://www.facebook.com/thinkolga/photos/a.289412727860922.1073741826.289405207861674/919600018175520/?type=3&theater>> Acesso em 30 mai 2017

APÊNDICE B

Data	Formato jornalístico	Tema	Interação				Educomunicação
							
03/04	Comentário	Semana Internacional Contra Assédio de Rua (3 a 7 de abril)	352	6	6	58	*Educar para a questão cultural em torno da prática do assédio em locais públicos *O Think Olga pautou a mídia tradicional diante da visibilidade da campanha Chega de Fiu Fiu *Promoveu a intervenção social sobre a realidade do assédio no Brasil Sim
03/04	Notícia Arte	Semana Internacional Contra Assédio de Rua (3 a 7 de abril)	70	2	2	2	Não
05/04	Resenha	Quando o assédio é somado ao racismo	190	5	6	23	Revela que mulheres negras além da violência de gênero sofrem racismo Relaciona várias referências no artigo
06/04	Campanha Comentário	Relato sobre a violência doméstica sofrida por Dona Rosa	245	4	6	28	*Depoimento de Dona Rosa está no Documentário Chega de Fiu Fiu *Apresenta dados sobre o feminicídio de mulheres negras
06/04	Campanha Comentário	Olga esporte clube	76	2	5	-	Retrata a violência de gênero vivenciada por atletas em não poder praticar esporte livre de assédio

07/04	Informativo (manual)	Apresenta a quarta parte do mini-manua de jornalismo humanizado sobre estereótipos nocivos de gênero no dia do jornalista	303	4	50	160	*O mini-manual de jornalismo humanizado realiza uma educação 71 para as mídias. Esse projeto incentiva o exercício da cidadania com a mudança de linguagem.
10/04	Informativo (Comentário)	Resenha crítica do livro de Ângela Davis feito pelo coletivo Dj Jeje	160	06	03	16	*Indicação de leitura sobre o feminismo negro * Faz referência a interseccionalidade
12/04	Artigo Arte	Caso Emily retrata a violência de gênero cometida por Marcos no BBB17	847	10	27	293	*Analisa a influência da tv brasileira em reproduzir um relacionamento abusivo e identifica as diversas violências de gênero cometida por Marcos durante o reality show.
13/04	Informativo Teaser	financiamento coletivo para produção de CD: Barraco da Rosa	83	5	2	5	*Divulga projetos paralelos na fanpage * incentiva a sororidade entre as mulheres. *Rosa participou do documentário Chega de fiu fiu
13/04	Informativo (realese)	Chamada para Entrevista (live)com a rapper Barbára Sweet(18/04)	20	2	-	-	Não
14/04	Informativo (Teaser)	Yes We cat	254	2	15	14	Programa online que discute empreendedorismo, moda, cultura geek e divulga ONG de gatos para adoção

17/04	Informativo (release)	Divulgação para entrevista (live) com a rapper Barbára Sweet	46	3	1	1	Não
18/04	Entrevista (Live)	Entrevista com rapper Barbára Sweet que participou do documentário	283	1	37	20	*Pauta temas como o cenário da mulher no rap brasileiro, *combate ao assédio de rua
19/04	Comentário Arte	O Dia do Índio	106	1	3	23	Sim- Alega que este dia não deveria ser encarado como uma comemoração, e sim, símbolo de luta por direitos e melhorias das pautas indígenas no Brasil.
19/04	Informativo (realese)	Think Olga entrevista Paula Lima(04/05)	19	-	-	-	Não
24/04	Evento (Teaser)	Exposição :Anita Malfatti: 100 anos de arte moderna	259	1	27	28	Não
25/05	Informativo	9 verdades e 1 mentira sobre o aborto	423	3	17	136	Sim - Esclarece por meio de dados estatístico a realidade do aborto no Brasil
26/04	Artigo Arte	Feminismo é questão de tempo	450	-	18	159	Sim – Compara o processo de alfabetização de uma criança ao feminismo

26/04	Informativo	Participação da Olga na W20 ²⁷ Summit, Alemanha	95	1	4	-	* Sim - Estimula o empreendedorismo feminino
27/04	Informativo 1 Arte	Finalista do prêmio Troféu Imprensa na categoria projeto jornalístico	171	8	5	3	*Sim- Relembra projetos com ações educomunicativas: (mini manual de jornalismo humanizado, entreviste uma mulher, campanhas e artigos
30/04	Informativo	4 anos de existência do site	128	1	4	3	Não
30/04	Informativo	4 anos de existência do site	89	7	7	2	Não

²⁷ Fórum reúne mulheres líderes e empreendedoras de países que fazem parte do G20

